



Anais da Assembléia

Nº 103

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 1983

QUARTA-FEIRA

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Dirceu Manfrinato e Edgard Pimental.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa registra com satisfação as presenças, em plenário, do senhor prefeito do município de Japurá, Arlindo Mazoni, também do senhor presidente da Câmara Municipal de Cianorte, senhor vereador José Antônio Laguido, que se faz acompanhar do presidente do PMDB da cidade de Cianorte, senhor Antônio Roberto Manfrinato.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa ainda registra, com satisfação, as presenças em plenário, do senhor vereador Almiro Artol, presidente do Diretório Municipal do PMDB de Nova Santa Rosa e também do senhor vereador Égon Brodolon, vereador de Nova Santa Rosa.

Ofícios:

Sob o nº 301/83, do senhor LUIZ JULIO BERTIN, presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios, de Maquinismos, Ferragens e Tintas e de Material Elétrico e Aparelhos Eletro-Domésticos de Maringá, o qual manifesta inconformismo e perplexidade diante de estranhos e danosos fatos gerados por abusos de poder, contra o Sindicalismo paranaense e, em especial, contra aquela entidade patronal. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 491/83-GP., do senhor ARIALBA R.C. FREIRE

- presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, manifestando apoio ao projeto de lei do deputado Tércio Albuquerque, que "retifica as divisas e confrontações descritas no artigo 1º, da Lei nº 7572, de 03 de maio de 1982", que tramita nesta Casa Legislativa. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei nº 98/83, de autoria do deputado Anibal Khury.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 97/83, constante da Ordem do Dia marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os deputados que a este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se insira na ata dos trabalhos legislativos, um VOTO DE PESAR pelo falecimento do senhor SEBASTIÃO VIANA, vereador no município de Engenheiro Beltrão.

Outrossim, REQUEREM, que da decisão desta Casa se dê conhecimento à Câmara Municipal de Engenheiro Beltrão e à sua família do mesmo endereço.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA,
TADEU FRANÇA e
GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação nos anais da Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor LUIZ ANTÔNIO FARAH, ocorrido na cidade de Guarapuava, em data de ontem.

REQUEIRO, ainda, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência à família enlutada, à Rua Cândido Xavier - Tabelionato Farah, em Guarapuava.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) LEÔNIDAS CHAVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do vereador Sebastião Viana Pereira Filho, de Engenheiro Beltrão.

O vereador, cujo falecimento ora lamentamos, era pessoa que gozava de grande conceito em sua região, líder e corregidor dos mais leais e dedicados, deixa uma lacuna difícil de ser

preenchida na sociedade de Engenheiro Beltrão e no seio de seus incontestáveis amigos.

Se requer, também, que seja dada ciência deste à Câmara Municipal de Engenheiro Beltrão e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) Ervin Bonkoski.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado um voto de congratulações à Direção da TV-Iguaçu, Canal 4, pelo transcurso do 2º aniversário do programa "Compromisso com a Verdade". Idealizado por José Arrabal e Luiz Mussi, e hoje apresentado por Jamur Junior, Antonio Carlos Braga e Gilberto Larsen e Alfredo Isfer Filho, o programa

"Compromisso com a Verdade", vem se destacando no meios políticos e empresariais da Capital em razão dos assuntos ali ventilados, os quais retratam ao vivo os acontecimentos registrados nos diversos segmentos da nossa sociedade. Trata-se de um programa genuinamente paranaense, o que lhe assegura uma projeção de destaque nas programações de tv.

REQUER, uma vez aprovado, seja feita necessária comunicação à direção da TV-Canal 4 e aos homenageados.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(aa) Tércio Albuquerque e Caíto Quintana.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Sessão Solene do dia 31 de outubro de 1983, em comemoração aos 500 anos de nascimento do Reformador Martin Luther, seja antecipada para o dia 27 do mesmo mês.

É o que REQUER

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) Gernote Kirinus.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o regimento interno, REQUER, ouvido o Plenário, que seja enviado ao Excelentíssimo senhor Mário David Andreazza, DD. Ministro do Interior o estudo em anexo elaborado a nosso pedido e apoio pelo Engº Civil Oly Miranda Vaine, o qual contém sugestões para alterações do Sistema Federal de Habitação - Fundo de Garantia por tempo de Serviço (SFH/FGTS), objetivando estabilizar o Sistema Federal de Habitação (SFH) e reduzir os juros do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

A importância do estudo em questão está realçada no próprio documento, e seu amplo conhecimento se justificar pelo fato de que, ao lado dos critérios amplos e variados que se fazem ao sistema habitacional Brasileiro, é de dever cívico a apresentação de sugestões para sua formulação, com certeza de que elas serão amplamente estudadas e combatidas pelos responsáveis, com a participação dos seus formuladores.

Outrossim, REQUER o envio do referido estudo, por cópia às seguintes autoridades e instituições:

Excelentíssimo senhor JOÃO LEITÃO DE ABREU, DD. Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Ilustríssimo senhor JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA, M.D. Presidente do Banco Nacional de Habitação - BNH

Ilustríssimo senhor LUIZ ANTONIO VELOSO DE SOUZA, M.D. Gerente da Agência do Banco Nacional de Habitação em Curitiba.

Excelentíssimo senador HUMBERTO LACERDA, Líder

do PMDB no Senado Federal.

Excelentíssimo deputado federal FREITAS NOBRE, Líder do PMDB na Câmara dos deputados.

Excelentíssimo Dr. JOSÉ RICHIA, DD. Governador do Estado do Paraná.

Excelentíssimo senhor ÊNIO SANTANGELO MALHEIROS, DD. Sub-Chefe da Comunidade Social do Palácio Iguaçu.

Excelentíssimo senhor NELTON MIGUEL FRIEDRICH, DD. Secretário de Estado do Interior.

Excelentíssimo senhor BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR, DD. Secretário de Estado do Planejamento.

Excelentíssimo senhor TEOBALDO VITÓRIO MACHADO, DD. Diretor-Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

Excelentíssimo senhor MAURICIO FRUET, DD. Prefeito Municipal de Curitiba.

Excelentíssimo senhor vereador MOACIR TOSIN, DD. Presidente da Câmara Municipal de Curitiba.

Ilustríssimo senhor WALDOMIRO BAPTISTA JUNIOR, M.D. Diretor-Presidente da Companhia de Habitação Popular de Curitiba.

Ilustríssimo senhor ALTAVIR ZANIOLO, M.D. Presidente da Federação das indústrias do Paraná.

Ilustríssimo senhor CARLOS ALBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA, M.D. Presidente da Associação Comercial do Paraná.

Ilustríssimo senhor JOSÉ CARLOS PUPO PERSON, M.D. Superintendente da Associação de Poupança e Empréstimo Paranaense.

Ilustríssimo senhor MARCELO JUGEND, M.D. Presidente da Associação dos mutuários do BNH.

Ilustríssimo doutor RUBENS CURI, M.D. Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/PR.

Ilustríssimo doutor LUIZ CARLOS PEREIRA TOURINHO, M.D. Diretor do Instituto de Engenharia do Paraná - IEP.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) Adhail Sprenger Passos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, senhor Deni Lineu Schwartz, solicitando medidas urgentes com vistas ao término do aterro da cabeceira, que dá acesso ao viaduto que faz a ligação no sentido Balsa Nova/Lapa

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) Acir Mezzadri.

JUSTIFICATIVA:

A obra que está sendo pleiteada, nada mais é do que legítima.

Inacabado ficou o viaduto, daí urge providências para que o seu término venha se realizar no mais curto espaço de tempo possível.

Sua conclusão beneficiará toda uma população ordeira e trabalhadora, principalmente os agricultores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, senhor Deni Lineu Schawartz, solicitando urgentes providências visando recuperar a estrada que liga Porto Amazonas a Lapa, que se encontra praticamente intransitável.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) Acir Mezzadri.

JUSTIFICATIVA:

A estrada está em precaríssimas condições de tráfego. É necessário que se tome medidas concretas e urgentes, com vistas a restaurá-la.

Os prejuízos para os usuários serão de grande monta, se continuar nas suas condições atuais.

Por lá transitam volume considerável de veículos de carga, temendo-se com a sua paralização, o colapso no abastecimento de gêneros de primeira necessidade, principalmente para a cidade de Porto Amazonas, que foi duramente castigada pelas últimas enchentes ocorridas na região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, senhor Deni Lineu Schwartz, pedindo que se tome providências para beneficiar a cidade de Porto Amazonas, com a construção de uma ponte, em local onde havia passagem sobre a antiga estrada de ferro, que facilitará o acesso entre a parte alta e baixa da cidade.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) Acir Mezzadri.

JUSTIFICATIVA:

A construção se faz necessária, haja vista que o local está situado no perímetro urbano, onde antigamente existia uma estrada de ferro, que passava pelo centro da cidade.

A obra é uma antiga aspiração dos moradores.

Portanto não só por ocasião de enchentes, como também em tempos normais, essa melhoria se tornará extremamente útil dando condições de tráfego normal para todos quantos necessitam por lá transitar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, senhor Deni Lineu Schwartz, solicitando urgentes providências com vistas a aquisição de um nova balsa em substituição àquela que se encontra em serviço, por ela apresentar defeitos de uso que talvez não compense sua recuperação; no rio Iguaçu, trecho que margeia a Cidade de Porto Amazonas a Lapa, ligando duas estradas estaduais.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) Acir Mezzadri.

JUSTIFICATIVA:

É sabido que o transporte efetuado por balsa, é meramente transitório.

A embarcação sofre deteriorações naturais em vista do uso constante e continuado, além de ficar exposta ao sol e à chuva.

Assim ocorrendo, ela tem vida útil limitada, e com o passar do tempo, não resta outra alternativa senão trocá-la por outra de preferência nova, pois os riscos de afundamento não podem ser descartados.

Assim, antes que aconteça uma catástrofe recomenda o bom senso, a compra de nova embarcação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo senhor Ministro dos Transportes, solicitando urgência e prioridade na execução da obra de pavimentação do Contorno Sul.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Além da necessidade óbvia de melhorar as condições de escoamento de produtos agrícolas, não somente em nossa Região, como também em nosso Estado, e estados vizinhos, a principal preocupação é que os transportes de carga, utilizam como fluxo de transportes, à Av. Colombo, região urbana da cidade de Maringá, causando enormes prejuízos à toda coletividade, pois esta mesma avenida sofre constantes avarias em sua pavimentação, devido ao grandioso número de caminhões que por ela passam diariamente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhe urgência e prioridade na execução da obra de pavimentação do contorno sul, no município de Maringá.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Além da necessidade óbvia de melhorar as condições de escoamento de produtos agrícolas, não somente em nossa região, como também em todo o Estado do Paraná, e estados vizinhos, a principal preocupação é que os transportes de carga, utilizam como fluxo de transportes, à Av. Colombo, região urbana da cidade de Maringá, causando enormes prejuízos a toda coletividade, pois esta mesma avenida sofre constantes avarias em sua pavimentação, devido ao grandioso número de caminhões que por ela passam diariamente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja estudada a possibilidade de se atender as seguintes reivindicações para o município de Iretama, com referência ao Organismo Policial:

1.º — Uma viatura nova devidamente equipada para a Delegacia;

2.º — Maior contingente de policiais, sendo que atualmente existe somente dois;

Sem estas condições ficará aquela coletividade, sem a segurança de poder contar com uma ação eficiente, sendo portanto, imprescindível que medidas sejam tomadas, capazes de reconduzir aquele organismo policial, a uma maior capacidade de operação.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja realizado estudos objetivando avaliar a possibilidade de se enviar um caminhão pipa para o Município de Mariluz, através do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER.

Necessita aquela coletividade deste veículo, devidamente equipado, para oferecer maiores condições à administração daquele município, no que diz respeito ao atendimento dos mais diferenciados

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, a fim de reivindicar a viabilidade da pavimentação asfáltica até a Cooperativa Agropecuária União Ltda., COAGRU - num trecho de 1.800 metros aproximadamente.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

A Cooperativa Agropecuária União Ltda, sediada no Município de Ubatã, atende cooperados dos Municípios de : Ubatã, Juranda, Campina da Lagoa e Nova Cantu, em número quantitativo superior a dois mil; ocorre que, nas safras agrícolas, em consequência de trechos das ruas urbanas de Ubatã, numa proporção de 1.800 metros, não possuem revestimento asfáltico e de nenhuma outra espécie, acarretando paralisação do tráfego em dias chuvosos, ocasionando sérios prejuízos no escoamento da produção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando do mesmo, quais as empreiteiras que trabalharam no Porto de Paranaguá, no ano de 1982, quais os valores dos contratos e quais as que operam neste ano de 1983. Respetivos contratos e valores.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança, no sentido de fornecer com a máxima urgência, cópia do Relatório conclusivo da Comissão de Sindicância, junto à 38a. Ciretran de Ivaiporã, designada pela Portaria n.º 397/83-GARH.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, Digníssimo Secretário da Cultura e Esporte, solicitando inclusão no orçamento de 1984, daquela Pasta, de verba para construção de uma quadra esportiva na Escola Jorge Nacli, situada no Município de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA: O referido estabelecimento foi construído em 1969 e até o momento não possui uma quadra de esportes, sendo que os alunos são obrigados a se deslocarem a uma distância de aproximadamente um quilômetro até o local, onde, com a ajuda dos alunos, foi construída uma meia quadra de esportes, que não chega a proporcionar aos estudantes, condições para um bom desenvolvimento na área de educação física.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário,

REQUER, o envio de expediente, consubstanciado em - apelo, ao Excelentíssimo Senhor Deputado Deni Lineu Schwartz, digníssimo Secretário dos Transportes, no sentido de determinar medidas objetivando recuperar o deslizamento de terra ocorrido há 15 anos próximo ao Mercado Municipal de Guaratuba.

Nosso apelo se justifica amplamente se considerarmos que esse fenômeno ocorreu, como dissemos acima, há 15 anos, num trecho estratégico e dos mais privilegiados, na estrada de Guaratuba, causando péssima impressão aos turistas, sendo também uma antiga reivindicação da coletividade que há tantos anos espera providências dos poderes públicos e apesar das promessas nada foi feito.

O geólogo Bigarela efetuou estudos para a recuperação do citado trecho, que na época teve repercussão nacional e agora esperamos que esses estudos sejam aproveitados pelo atual Governo e que medidas concretas sejam adotadas para a imediata execução daquela obra que reputamos das mais importantes.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa aos Senhores Prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Vereadores daquele município.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Gilberto G. Garbi, Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a implantação do sistema de telefonia para as localidades de Bela Vista, Aymoré, Birigui, Cruzeirozinho e Guaporé, todas localizadas no Município de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

As localidades estão distantes de sua sede municipal. A implantação do sistema de telefonia em muito os auxiliará nos contatos não só com os moradores como aos demais municípios.

É uma solicitação do ilustre Vereador Nelson Inácio Cirino, aprovado por unanimidade em sessão ordinária, e temos certeza merecerá a atenção especial do Diretor Presidente da TELEPAR, porque é de excepcional importância para todos.

Anexamos a este, cópia do Ofício n.º 130/83, expedido pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. Antonio Gianini.

Contamos pois com o apoio dos Nobres Deputados na aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Maurício Roslindo Fruet, DD. Prefeito Municipal de Curitiba, solicitando providências no sentido de sustar a situação irregular do Sr. Jayme Lerner, servidor dessa municipalidade, colocada à disposição da Universidade Federal do Paraná, mas com exercício profissional no Estado do Rio de Janeiro, a serviço do Governo Leonel Brizola.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(aa) ADAHIL SPRENGER PASSOS, NESTOR BAPTISTA NILSO SQUAREZI, MÁRCIO ALMEIDA, ORLANDO PES-SUTI, RUBENS BUENO, ROBERTO REQUIAO, OSVALDO ALENCAR FURTADO, NELSON VASCONCELLOS, EDMAR LUIZ COSTA, JOSE ANTONIO FONSECA, AMÉLIA HRUS-CHKA, ANTONIO ANIBELLI, SABINO CAMPOS, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, TADEU FRANÇA E FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados infra-assinados, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Presidente do BADEP, solicitando imediatas providências no sentido de sustar a situação irregular do Senhor Karlos Rischbieter, funcionário celetista daquele estabelecimento oficial de crédito, atualmente à disposição da empresa multinacional Volvo S.A.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983.

(aa) ROBERTO REQUIÃO, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA e
ADAHIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

A resposta oferecida pelo Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná - BADEP, a esta Assembléia Legislativa traz em seu bojo informação que chega ao ponto de que se conhece e entende por estorcedor. O Banco referido, que todos sabem segundo as queixas de seus dirigentes, está em situação difícil, assim mesmo proporciona vantagens pessoais para o Senhor Karlos Rischbieter que, possuindo contrato de trabalho "suspensão" até quando isso lhe interessar, tem o Banco a lhe destinar, mensalmente, o valor de seu fundo de garantia e ainda todas as despesas dos "seguros" de vida em grupo mantidos por essa instituição.

Ficam no ar, ainda, algumas indagações: o valor em dinheiro que dá base para o recolhimento a esse fundo? Quantos são os seguros de vida em grupo no BADEP, dos quais participa como beneficiário o Senhor Karlos Rischbieter?

A sustação imediata dessa concessão especial, nada moral, é uma providência que se impõe, ainda mais agora que o governo do Estado, tanto apregoa moralidade nos serviços públicos. E o mais estranhável é que uma pessoa reconhecidamente em excelente situação financeira, participando inclusive de muitas outras empresas (MPM Propaganda, apenas como exemplo) se preste para pretender essas vantagens, quando há centenas e milhares de brasileiros que nem dispõem da garantia de um recolhimento com base no salário mínimo, sob o título de FGTS.

Veja-se pela seqüência de informações do BADEP, que o Senhor Rischbieter apenas usufrui das ligações de amizade e influência com que conta no Banco, nunca trabalhando para fazer jus a essas vantagens. Desde 1974, está com seu contrato de trabalho "suspensão", o que é um remédio amoral e que, como citação, nunca se encontra em uma firma Hermes Macedo, Mesbla, Lojas Americanas, Café Cacique, Café Alvorada ou outra organização comercial/industrial onde dirigentes criteriosos bem apliquem e gastem os dinheiros que lhe são dados para movimentar.

O Governo do Estado deve, imediatamente, determinar à direção do BADEP, que suste esse privilégio concedido ao Sr. Karlos Rischbieter. E a administração ainda poderia, na preservação dos mais elementares princípios de honestidade, mandar proceder um levantamento para saber o "quantum" do que foi pago para o fundo e para os seguros, em se tratando do Sr. Karlos Rischbieter, procurando, em seguida, do mesmo ser ressarcida do gasto imoral de um dinheiro que poderia ser aplicado de forma mais criteriosa, justo e do interesse coletivo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, REQUER, o envio de Telex ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, no sentido de obter informações sobre o Concurso Nacional de Fiscal do Trabalho, realizado dia 22 de maio do corrente ano.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1983

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

O Ministério do Trabalho, promoveu dia 22 de maio do corrente ano, a realização de concurso públi-

co a nível nacional, para prover vagas de Fiscal do Trabalho em várias cidades brasileiras. Consta, entretanto, que as admissões foram suspensas por determinação do Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, em virtude de denúncias de irregularidades ocorridas no período de provas nos estados de São Paulo e Goiás. No Estado do Paraná, onde 74 candidatos foram aprovados, somente neste ano de 1983, 37 seriam admitidos. Segundo declarações do próprio Delegado Regional do Trabalho, no Estado do Paraná, General Adalberto Massa, o concurso realizado em nosso Estado foi normal e não foi constatada nenhuma irregularidade. Diante disso, solicitamos que o Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho mantenha a validade do concurso nos Estados que não tenham sido envolvidos em denúncia, respeitando aqueles que tiveram seus direitos adquiridos apurando e punindo os culpados.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Senhor Presidente, Senhores Deputados. Foi no dia 22 de setembro de 1968 e amanhã, portanto, serão completados quinze anos que Guaratuba sofreu uma hecatombe, uma tragédia que foi na época, notícia nacional. Todas as televisões do Brasil, rádios e a imprensa toda divulgou o fato como uma verdadeira calamidade que foi provocada por uma maré, ocasionando um deslizamento de cem metros, aproximadamente, cem metros lineares de terra, de frente para a bafa, ao lado do mercado municipal daquela cidade.

Uma tragédia que teve, na ocasião, conseqüências imprevisíveis. Guaratuba, desde aquela ocasião, clama, através dos seus Prefeitos que se sucedem e do povo daquela comuna, a recuperação daquele trecho de frente para uma das mais belas baías do mundo. E é lamentável que os Governos Estaduais sucederam-se, muitos prometeram providências para a recuperação do trecho e, até agora, nada foi realizado.

O geólogo Bigarella fez um estudo amplo para a recuperação daquele trecho, trecho que eu reputo dos mais importantes dos mais estratégicos, que é uma verdadeira "cárie" para todo o turista que atravessa o "ferry-boat", quando chega a Guaratuba, vê a direita da sua chegada um pedaço de cem metros, aproximadamente, que tanto denigre uma das mais belas baías do mundo.

Solicito, Senhor Presidente, e estou encaminhando à Mesa, um requerimento para que o atual Governo, muito embora reconheçamos as dificuldades que o Governo enfrenta na sua economia, mas que, através do Secretário Deni Schwartz, um dos Deputados mais brilhantes que eu já conheci neste Legislativo, atual titular da Secretaria dos Transportes, possa tentar viabilizar a recuperação daqueles cem metros. Tenho certeza que o Governo que assim proceder, perpetuar-se-á diante do povo guaratubano que, em coro, clama, pede e implora por essa recuperação dos tais cem metros.

Acho que até o Senhor Governador José Richa que costuma passar suas férias, quando ele as pode, na praia de Guaratuba, ele, tomando conhecimento de nosso apelo, não nosso, do do povo de Guaratuba, que temos a honra de representar nesta Casa, lá fizemos quase mil e setecentos votos, portanto, é um dever nosso lutar, esta luta inicia-se hoje de nossa parte e só terminará quando tivermos notícia da viabilidade, uma notícia da possibilidade do Governo do Estado, arcar com esse ônus que irá motivar um regozijo sem dimensões para o povo daquela cidade balneária.

Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Sem revisão do orador).;

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Iê):

" Por uma vez já tivemos a oportunidade de denunciar na tribuna desta Casa, a agressão perpetrada pelos Estados Unidos da América, aos povos da América Central, e em particular à Nicarágua.

Denunciamos a tentativa de desestabilização do governo sandinista através do ameaçador bloqueio naval norte-americano, do incitamento à guerra localizada com Honduras, e do treinamento e financiamento pela CIA de somozistas e mercenários para guerrear contra o governo nicaraguense.

Deixamos claro o nosso repúdio a estas violações à soberania de uma nação e ao princípio de autodeterminação dos povos.

Hoje, dia 21, os Comitês de Solidariedade ao Povo Nicaraguense estarão, em todo o País, realizando o Dia Nacional de Protesto contra a intervenção na Nicarágua. Apoiando este evento passo a ler a Convocatória e a programação que será realizada em Curitiba:

Dia 21 na Igreja do Guadalupe, às 19:00 hs.

CULTO ECUMÊNICO DE SOLIDARIEDADE À NICARÁGUA

A Nicarágua está vivendo uma situação muito difícil. Sua fronteira norte está sendo invadida por soldados hondurenhos e somozistas que armados e treinados por soldados norte-americanos, praticam assassinatos, sequestros e sabotagem pela fronteira sul (Costa Rica). Tem sido realizados vários ataques aéreos bombardeando Manágua e sob a orientação da CIA, através de um ato de sabotagem, explodiram o terminal de petróleo de Puerto Sandino. Enquanto isso a frota americana continua bloqueando as costas da Nicarágua, num flagrante desrespeito à soberania e autodeterminação do país. O povo nicaraguense que, depois de vários anos de luta, conseguiu derrubar a ditadura da família Somoza, está reconstruindo seu país, realizando a reforma agrária, ampliando o atendimento de saúde a toda a população e desenvolvendo uma campanha de alfabetização. Em 1985, serão realizadas as eleições em todos os níveis e existem hoje na Nicarágua, 10 partidos políticos de todos os matizes ideológicos. Enfim, a Nicarágua vive hoje uma democracia, o que não acontecia lá 45 anos. Mas o imperialismo norte-americano está tentando de todas as maneiras acabar com esta democracia e instalar no país outra ditadura que favoreça seus interesses. Por isso hoje, em todo o Brasil, os Comitês de Solidariedade ao Povo da Nicarágua, estão realizando atos públicos, cultos ecumênicos, e manifestações de apoio a um povo que só deseja viver em paz e em liberdade. Devemos todos cobrar do governo brasileiro, uma posição clara de repúdio aos ataques que a Nicarágua vem sofrendo, pois o mesmo imperialismo que está invadindo militarmente, aquele país está invadindo economicamente o Brasil através do FMI e das multinacionais.

(a) COMITÊ DE SOLIDARIEDADE AO POVO DA
"NICARÁGUA" "

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sra. Deputada Amélia Hruschka.

A SRª. AMÉLIA HRUSCHKA — Sr. Presidente, Srs. (Lê).

Assumimos a tribuna nesta tarde para falar de uma das maiores obras sociais que tivemos oportunidade de ver em toda a nossa vida, e diga-se para conhecimento dos senhores, que sempre estivemos ligados às obras sociais de nosso Estado e do País.

Trata-se da entidade "O PEQUENO COTOLONGO DO PARANÁ/ DOM ORIONE" que é uma obra social criada pela Pequena Obra da Divina Providência (Dom Orione) em 25 de março de 1965, tendo sua sede à Rua José Gonçalves Junior, 140, no Bairro Cotelongo.

Sua finalidade é dar atendimento especializado a todas às pessoas excepcionais, portadoras de deficiências mentais e múltipla deficiência oriunda de famílias carentes e abandonadas

em nosso Estado e de Estados circunvizinhos.

Atualmente, o Pequeno Cotelongo atende 107 internas, do sexo feminino na faixa etária de 04 a 48 anos, todas excepcionais portadoras de deficiência mental e múltipla deficiência, sendo 90 por cento abandonadas pelos seus familiares, estes procedentes de todo o Estado e para lá foram encaminhados pela Legião Brasileira de Assistência e pelo Instituto de Assistência ao Menor, de nosso Estado.

Mas, Senhores Deputados, o que nos preocupa profundamente é saber que a capacidade do internato atualmente é de apenas 85 internas, sendo que atualmente, encontra-se com superação e tratando-se na maioria de menores e adultos abandonados, não se tem uma perspectiva de diminuição desta população.

O Pequeno Cotelongo sendo uma entidade particular, com fins filantrópicos, tendo como entidade mantenedora a " Pequena Obra da Divina Providência/Dom Orione", conta com ajuda de colaboradores, que são os amigos do Pequeno Cotelongo do Paraná, a renda de seu próprio sítio, do seu churrasco mensal e de verbas da Fundepar, Legião Brasileira de Assistência, Instituto de Assistência ao Menor. Mas, esses recursos são insuficientes para que o Pequeno Cotelongo possa desenvolver seu trabalho satisfatoriamente.

Pois todos sabem que a estrutura da instituição para dar atendimento aos carentes seres humanos é grande e sua equipe de trabalho conta com 27 pessoas que abnegadamente desenvolvem as atividades de uma das mais importantes obras sociais do País, desde o seu diretor, psicóloga, assistente social, terapeuta fisioterapeuta, médico pediatra, psiquiatra, professores, dentistas até carpinteiros exigidos para a sua manutenção.

Devemos salientar aqui que os profissionais de nível superior, com exceção dos fisioterapeutas, são contratados através de convênio que a entidade mantém com o Instituto de Assistência ao Menor, recebendo a quantia de CR\$ 30.000,00 - (trinta mil cruzeiros) mensais, o que é de fato salário irrisório não fosse o alto grau de despreendimento de todos que servem a entidade com amor e desvelo. Os demais funcionários percebem salário mínimo, haja vista que são contratados pelo regime da C.L.T..

Apesar de todas as dificuldades financeiras o Pequeno Cotelongo do Paraná, funciona em prédio de alvenaria com uma área de 5.000 metros quadrados e possui, uma área de 124.619 metros quadrados de terreno. Sua área construída possui dois pavilhões, onde conta com gabinete dentário, médico, psicológico, salas de aulas reuniões, dependências administrativas, refeitórios, dormitórios, farmácia, capela e outros.

Conta ainda a entidade com o Centro de Reabilitação, que foi fundado em 12 de maio de 1978, e tem por finalidade proporcionar às internas do Pequeno Cotelongo, o desenvolvimento de suas potencialidades facilitando o ajustamento biopsico-social destas; o Centro de Reabilitação é composto dos setores de pedagogia, psicologia, médico, psicomotricidade, fisioterapia, serviço social e terapia ocupacional.

Mas, apesar de toda essa estrutura que aqui agora relatamos, o Pequeno Cotelongo tem muitas necessidades que vão desde a aquisição de botas ortopédicas, óculos, como também de ajuda financeira para terminar a construção de um novo pavilhão onde receberia também a clientela masculina, ainda necessitando após a conclusão do mesmo pavilhão de todo o material para o funcionamento do mesmo, que irá atender 30 excepcionais.

Queremos conclamar todos os Senhores Deputados, para que façamos um esforço conjunto para auxiliar a realização dessa obra, pois todos sabemos quão necessária ela é, e também conclamamos a todos que visitem o Pequeno Cotelongo para sentirem o que sentimos quando lá estivemos.

Colocamo-nos à disposição de todos para juntos elaborarmos um plano de ajuda para que o mesmo possa atender suas necessidades do Pequeno Cotelongo e atender também a necessi-

dade de uma centena de crianças que são desassistidas por falta de recursos daquela instituição.

Enfim, apelamos para que juntos somemos para mais essa iniciativa que somente engrandecerá este Poder pela justiça da causa que agora encetamos.

Grata.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edgar Pimentel, inscrito.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Celebrando hoje, o dia da árvore, ocupo esta tribuna para destacar um trabalho iniciado já há anos neste Estado, e que visa objetivamente proporcionar à população paranaense uma nova consciência da preservação dos recursos naturais renováveis.

Fomos a administração Jacy Miguel Staganatto, em Cascavel, Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, e durante o nosso trabalho à frente daquela Secretaria desenvolvemos uma intensa campanha, criando o que hoje se conhece no Estado, como a "Semana da Árvore", levando através dessa promoção a informação aos educandários de 1.º e 2.º Graus, fazendo com que o jovem hoje, adquira uma nova consciência da necessidade que se tem de preservar os recursos naturais, mormente a nossa fauna e a nossa flora.

É sabido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a devastação ocorrida neste Estado, que até bem pouco tempo constituía uma imensa floresta, esta devastação gerou o tão conhecido desequilíbrio ecológico e se nós não tomarmos medidas urgentes no sentido de desenvolver campanhas, de associar o nosso esforço ao trabalho que desenvolve o Instituto de Terras e Cartografia que vem dando uma dimensão maior desde que foi criado no Paraná, objetivando o alcance ainda maior para toda a população paranaense observar a conveniente necessidade de amparar os recursos ainda existentes da nossa fauna e da nossa flora, os resultados, brevemente serão assombrosos.

Nós que vivemos no Oeste do Paraná, há mais de 20 anos e que para lá fomos e encontramos, naquela época a região Oeste como uma região agreste, constatamos que naquela região não existem os números há bem pouco tempo observados, no tocante aos recursos naturais, e é sabido que em todo o Estado do Paraná, não existe hoje mais do que 6 por cento do seu solo, do seu território coberto por florestas, de sorte, que no "Dia da Árvore", hoje celebrado, não deve passar despercebido, porque se faz, como disse anteriormente, necessário uma consciência nova, abrangente que alcance a todos os segmentos da nossa sociedade no tocante à consciência preservacionista.

Sabemos que viveiros comunitários estão sendo criados, objetivando fornecer mudas de essências nativas à nossa população que há de desenvolver estas mudas, para que o Paraná de amanhã possa ser entregue aos nossos herdeiros como um Paraná viável e habitável, para as populações, para as criaturas que viverão no mundo de amanhã.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Caio Quintana.

O SR. CAIO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna para somar fileiras aos Deputados desta Casa que têm se pronunciado em favor de uma reforma agrária nesta Nação.

O Brasil de hoje, precisa com a máxima urgência, pensar seriamente no problema-terra.

O Brasil de hoje, considerado a Nação com o maior volume de terra disponível, está a importar produtos para alimentar sua população.

O Brasil de hoje, necessita com urgência, com seriedade, pensar numa reforma agrária até mesmo pelo interesse de produzir, senão no interesse maior que seria o interesse social, que

seria a locação uma propriedade dos homens que querem trabalhar e que querem produzir.

Tem tido, nos últimos tempos, problemas de terras no Paraná. A fazenda "Padroeira do Brasil" e a fazenda "3 Pinheiros", em Matelândia. A fazenda "Noni", em Marmeleiro, fazendas ocupadas por trabalhadores sem terra.

Não queremos, desta tribuna, discutir o mérito da invasão da propriedade pelos homens que não têm terra.

Mas, queremos refletir que estes fatos são conseqüências diretas da falta de uma reforma agrária mais séria.

Os homens do Incra, talvez, não conhecem o trabalho difícil, árduo e quase subumano daqueles que em pequenas propriedades produzem o alimento que esta Nação necessita.

E nós vemos que muito mais importante que os assaltos que acontecem por aí, do que os homens que afrontam a propriedade durante a noite roubando e saqueando, do que a quantidade enorme de marginais que proliferam nesta terra, uma reforma agrária seria a colocação dos homens que querem trabalhar na agricultura em cima de um pedaço de chão para produzir.

Se invadir a propriedade que não está produzindo nesta Nação é um ato ao arbítrio da lei, eu me permito a pensar que ainda é mais sério, mais importante que do que aviltar a propriedade, roubando e saqueando.

Estes homens querem trabalho e o Brasil precisa de trabalhadores. Estes homens querem produzir e o Brasil precisa de produção.

Por isso, Srs. Deputados, acredito que no cumprimento de um mandato parlamentar aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, como em todas as Assembléias deste País, como na Câmara Federal, no Senado da República, os Parlamentares deveriam pressionar para que mais rápido se pensasse numa reforma agrária digna desta Nação. De nada adianta o que se está pensando fazer.

Represento a região sudoeste e vi há poucos dias o Incra levar para Rondônia, para Mato Grosso, lugares distantes, agricultores sem a mínima condição de sobreviver naquelas terras.

Temos visto se levar o agricultor como se ele fosse um marginal, como se esse homem não tivesse que ser respeitado o seu direito de trabalhador rural nesta Nação, sem uma legislação que o ampare, sem uma ajuda para que possa sobreviver, sem condição, portanto, de progredir.

Precisamos pensar com mais seriedade, porque esta Nação, nós já dissemos anteriormente, precisa produzir e os brasileiros querem produzir e nós temos terras, nesta Nação, que não estão sendo cultivadas.

Temos o Estatuto da Terra que nos garante o assentamento de trabalhadores em cima de propriedades rurais. O que falta, Srs. Deputados? Falta uma política séria, comandada pelo INCRA que é o órgão responsável pela reforma agrária nesta Nação, falta nós tratarmos com mais seriedade, de um assunto tão sério para que o brasileiro tenha onde trabalhar e o Brasil possa produzir mais, escapando da vergonha de ter que importar o seu próprio alimento. Era só Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa registra, com satisfação, as presenças, em Plenário, do Padre Luiz Frisol Diretor Presidente do Pequeno Cotelengo do Paraná, que se faz acompanhar da Dra. Ana Maria Tosin, Assistente Social; registramos também a presença do Vereador Luiz Sguarezi, Presidente Municipal do PMDB de Piraí do Sul; com satisfação, registramos também as presenças de Sua Excelência o Prefeito Municipal de Quitandinha, Sr. Anatólio Lipinski, e do Sr. Vereador do Município de Quitandinha, Wilson Aselma.

Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Leônidas Chaves.

O Sr. Leônidas Chaves — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê):

Os tempos atuais no Brasil estão se compatibilizando com

uma avaliação do pensamento político, diante do surgimento de um modelo de Estado submetido à tensões ou sobrecarregado por interações com o seu ambiente.

A marca que assinala a atualidade brasileira é o desejo de mudanças, que reflete uma aspiração generalizada na maior parte do mundo, com novas questões sendo suscitadas e exigindo uma reconsideração de assuntos básicos, tais como as metas que os governos deveriam tentar atingir, as relações entre governantes e governados e o significado de conceitos como liberdade, justiça e igualdade. Os povos estão procurando novos abrigos.

Presenciamos em nosso País, o desenvolvimento dos esforços dos cientistas sociais, dos cientistas políticos, dos filósofos, dos representantes dos vários segmentos da sociedade brasileira para que encontremos o melhor caminho frente às dificuldades, mas tendo sempre presente que é imperativo o fortalecimento de nossas instituições. Para tanto, devemos ampliar a discussão de novas proposições para o Brasil, para o seu governo e para o seu povo.

Silvio Romero ensinou aos seus discípulos, ao transmitir-lhes o seu pensamento político-social, que um "Congresso que sabe ser o guia e o termômetro da opinião pública, que sabe que as suas idéias, as suas resoluções vão influir diretamente na marcha geral do País; que sabe que os seus homens de talento, de merecimento, de posição conquistada na luta, de serviços reais à causa pública, vão ser necessariamente os auxiliares, os diretores do chefe do Estado, tal congresso está engrandecido implicitamente a seus próprios olhos, e é uma força real na vida da Nação".

De outra parte, o regime presidencial que pode ser definido como uma construção política que tem contra si a índole de nosso povo, no que ela tem de mais liberal— as suas tradições—, no que elas possuem de mais seletivo, o que tem feito para acabar com a indiferença do povo pelos seus caros interesses, pelos seus direitos, pela sua autonomia?

Poder-se-ia responder que nada de sério, nada de profícuo; e, bem ao contrário, pelo seu despotismo real, pela sua péssima gestão de todos os negócios, pelo seu desrepeito à lei, o sistema presidencial tem cavado, mais fundo, no geral, indiferentismo e tem feito grande mal à República. E já houve até um ex-presidente sul-americano que afirmou que o presidencialismo, adotados nos países do Novo Continente, gera a ditadura. Por sua vez, os cronistas políticos nacionais e estrangeiros verificam que as revoluções resultam das violências ditatoriais ou tirânicas dos presidentes mas, os defensores do regime não aceitam a prova irrecusável.

A evolução jurídica do mundo está a assinalar que vivemos uma hora de sensível e característica transformação. Vivemos a época de construção política, na qual cabe lançar alicerces bem firmes para que essa construção seja amada e torne-se um fermento de vida e progresso. É imperativo despertar para os fatos que ocorrem, exigindo formulações de críticas que podem servir de guia na adoção de novos preceitos constitucionais, porque as construções políticas que não são organizadas pelo trabalho popular, que não representam a frutificação de que os ideais da Nação são a flor, não têm, não podem ter estabilidade. Basta recordar a Constituição Federal de 1891, que tem grandes adeptos, apesar de ser apontada como sintoma do mal que provocou a série de revoluções em todo os períodos presidenciais, desde a fundação do regime republicano, demonstrando que só por uma causa permanente de organização constitucional podiam os fatos repetirem-se tão regularmente, com ritmo inegável, e nem um dos seus apologistas, reconhece a evidência.

A democracia será tanto mais verdadeira quanto melhor fundar-se no sistema representativo. Porque, sendo regime em que o povo deve governar, o escopo principal deve ser o de que este seja legítima e exatamente representado, e, não iludido por falsos métodos de representação.

Os três sistemas políticos — parlamentarista, presidencialista e de colegiado — devem sempre representar a vontade nacional na organização dos poderes nacionais, e, ainda que o governo público provoque sempre discussões e reações, é claro que quanto mais se respeitar a vontade do povo, menor razão haverá para reclamações e oposições deste.

O problema mundial que se apresenta na organização dos países contemporâneos, ao elaborarem novas constituições ou leis especiais, é sempre o da instituição verdadeira do regime democrático, representativo e plesbicitário ou "ad referendum" que é de certo modo uma volta aos primórdios da democracia.

Cabe recordar que foi no século XIX que se organizou o sufrágio universal, como expressão mais exata da vontade do povo na organização dos poderes políticos. Chegou-se porém, a confundir a democracia com aquele sufrágio e, depois, criticando-se este por fazer prevalecer o peso do maior número de indivíduos para deliberarem sobre a escolha de seus representantes.

Mas, pode-se recorrer a outros processos representativos, à eleições indiretas, a escrutínios de listas, de partidos, tudo com o fim de corrigir os males de que é vítima a democracia e com o desejo de torná-la cada vez mais válida.

O que não é possível é abolí-la, quando ela atinge neste momento, graças à implementação do projeto político do Presidente Figueiredo, um grau mais elevado em nosso País.

Aliás, a democracia está definitivamente implantada em terras brasileiras e das Américas. Não haverá tirano capaz de baní-la deste continente. E mesmo aqueles que, em um ou outro país das Américas, vive a espezinhá-la, mais cedo ou mais tarde, será expulso do poder pela vontade do povo.

Alexis de Tocqueville na Introdução da sua Democracia na América, apreciando o fenômeno de igualdade das condições no grande país do novo continente, diz que ele é um fato universal e durável, escapa ao poder humano; que a democracia é um monumento que vem de longe, destruiu a feudalidade e venceu os reis e não recuará diante dos burgueses e ricos.

Todas as nações da Europa, América e Ásia adotarem instituições políticas de caráter democrático.

A história nos revela que as democracias da antiguidade não conheceram o sistema representativo, vigoraram em repúblicas pequenas onde o povo apresenta-se para deliberar diretamente nos comícios das praças públicas.

Repetem-se as instituições políticas e sociais, como os fenômenos físicos da vida humana ou da natureza, sem, entretanto, serem iguais, sempre aperfeiçoando-se.

É assim que a forma de governo democrático não é nova; é talvez fundamental na existência coletiva.

Sem nobreza, sem famílias reais, que vão desaparecendo, surge a igualdade mais ampla e o governo público mais legítimo.

A evidência está a demonstrar que a democracia representa, portanto, uma conquista de que não se pode mais despojar a sociedade humana, na organização de suas instituições. Seja sob a monarquia, sob a república será impossível evitar que todas as classes colaborem, como povo que são, no governo público.

O desejo da coletividade de fiscalizar e intervir na direção do governo de seus negócios, é instintiva, como é o individual, e a democracia deve-se considerar fundada nesse instinto comum. É humana.

Nos comícios populares da antiguidade, exprimia-se e impunha-se a vontade do maior número.

Organizada a forma política civilizada, o governo do povo fundou-se em princípio no poder divino; depois, porém, criou-se a soberania popular, a vontade do povo como fundamento do governo público, aliás já indicada por Aristóteles, 330 anos antes da nossa era.

Do século XVIII em diante essa vontade tem sido a fonte da autoridade política. A revolução francesa concorreu para vulgarizá-la nas sociedades modernas, constituindo princípio que é

o fundamento da democracia contemporânea.

A Constituição norte-americana, em 1787, instituiu os três poderes políticos — Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes um do outro; a Constituição francesa de 1791, consagrou o princípio da separação de poderes e a de 1848 proclamou que a "separação dos poderes é a primeira condição de um governo livre".

Dessa forma, firmaram-se os dois postulados de uma verdadeira democracia: — o governo democrático deve ser fiel expressão da vontade popular; — os três poderes políticos devem possuir a mais perfeita independência recíproca.

Logo, qualquer regime de governo a constituir-se na nossa época não pode deixar de respeitar esses dois princípios fundamentais.

Disso decorre a pergunta de que qual sistema que melhor corresponde à democracia representativa? Qual dos três sistemas de governo democrático — parlamentar, presidencial e de colegiado, exprimirá melhor a vontade nacional, será mais representativo, realizará com mais exatidão a democracia, concorrerá melhor para a paz, justiça social e progresso; é o que se procura saber e alcançar.

O debate nesse sentido está sendo ampliado entre os membros do Congresso Nacional, em Brasília, e começa a sensibilizar os vários segmentos da sociedade brasileira, que se defronta com uma grave crise na qual ressalta a impossibilidade do presidencialismo centralizador oferecer respostas imediatas. E a crise do presidencialismo brasileiro se acentua com o início do debate da sucessão do Presidente Figueiredo. Daí, a oportunidade de que os membros desta Assembléia têm para uma reflexão e sua manifestação junto à opinião pública do nosso Estado e do País sobre assunto de tanta magnitude.

A forma de governo, por ser o alicerce da construção nacional, é o centro das preocupações dos cientistas políticos, dos escritores, dos empresários, dos trabalhadores, dos homens públicos, dos jornalistas, da Universidade, enfim de toda a sociedade.

Dos três sistemas de governo democrático, eu me manifesto a Vossa Excelência, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, interessado pelo parlamentar. E se para tanto, tiver engenho e arte, espero convencê-los a acompanhar-me nesta opção, pois a considero a que melhor corresponde à necessidade de formulação de um novo sistema de governo no Brasil.

Historicamente, a experiência do regime parlamentar é europeia e especialmente de dois países: um monarquista — a Inglaterra; e o outro republicano — a França. Por ser uma república, verifica-se que o regime francês irradiou-se pelas Constituições republicanas no continente europeu. É, portanto, o tipo padrão.

Nasceu o parlamentar na Inglaterra; o sistema representativo teve lá os seus pródromos; mas, foi na França, em 1848, que o sufrágio universal apareceu, como elemento constitutivo de governo.

A palavra parlamento, na França, aplicou-se até a revolução de 1789, aos tribunais superiores de justiça e, só depois dessa época, às assembleias legislativas".

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Quero cumprimentar Vossa Excelência pelo discurso que faz, hoje, onde faz uma apresentação do que é o Parlamentarismo. Creio que já demonstrou muito bem essa atuação do Presidencialismo; a perpetuação de certos Ministros, como os "Del-fins", seria uma oportunidade, com o Presidencialismo, de dar maior força ao Poder Legislativo, e uma participação direta na Administração, a eleição seja, direta ou indireta, para a Presidência da República. Com o Parlamentarismo, o Legislativo tem uma atuação e uma participação mais ativa na indicação do seu Primeiro Ministro, e, quando falha, tem o Legislativo, tem o Congresso Nacional para se manifestar e derrubar o Primeiro Ministro, sempre mantendo intacta a pessoa do Presidente da

República. O que não pode mais, é, essa concentração. Já não basta a concentração de recursos hoje toda na área federal, e a concentração de poderes numa só pessoa?

O Presidencialismo virá trazer uma solução adequada e proporcionando condições de participação dos verdadeiros representantes do povo. Nós sabemos dos grandes lutadores pelo Parlamentarismo, infelizmente já vieram ao Brasil, numa época inoportuna: o ex-Deputado Raul Pilla, um dos autores do Parlamentarismo; o nosso único Primeiro Ministro e Governador hoje de Minas Gerais, Tancredo Neves; Almino Afonso; o ex-Senador Paulo Brossard; o ex-Deputado Afonso Arinos, que tanto trabalhou e tanto brilhou o Congresso Nacional. Todos esses homens prestaram relevantes serviços, defendendo o Parlamentarismo, numa demonstração que, este, é um trabalho que deveria ser abraçado por todos, como esta demonstração que faço a Vossa Excelência, eis, que, com esses nomes citados, pode-se notar que não há distinção de partidos políticos, são homens que representam tanto um partido, quanto outro, como, Almino Afonso, do PTB; Afonso Arinos, da ex-UDN; Raul Pilla, do ex-PL; Tancredo Neves, do PMDB, do PDS nós temos o Oscar Alves hoje fazendo a defesa, e tantos outros Deputados defendendo o Parlamentarismo.

Cumprimento Vossa Excelência por este pronunciamento. **O SR. LEÔNIDAS CHAVES** — Agradeço, nobre Deputado Gilberto Carvalho, pelo que acrescentou politicamente e praticamente, a este nosso pronunciamento de hoje.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Primeiramente agradeço a gentileza de Vossa Excelência e entendo como extremamente oportuna a manifestação que Vossa Excelência faz da tribuna desta Casa, porque, hoje, discute-se muito no Brasil, a perspectiva e a possibilidade da implantação novamente, do Regime Parlamentarista, especialmente porque, o Presidencialismo no Brasil sofreu, através dos tempos, uma certa distorção, ao contrário do que acontece, por exemplo, numa democracia estável como a norte-americana, em que o Presidente da República curva-se diante da vontade da Nação; aqui no Brasil, uma democracia que está ainda nos seus primórdios depois de uma fase de uma excepcionalidade muito cruel, o que se observa é que, a Nação curva-se diante do Presidente. E esta distorção, Deputado Leônidas Chaves, ela é extremamente rude para o povo brasileiro, e quando há um movimento nacional que se esboça e que deflagra a fim de que, uma alternativa de Governo seja o Parlamentarismo, creio que é muito importante que a Assembléia Legislativa do Paraná tome efetiva participação na discussão desse tema. E Vossa Excelência enriquece os Anais da Casa, trazendo a debate esta matéria até porque, sabemos que, indiscutivelmente nós precisamos nos politizar melhor, todos nós, Parlamentares, não Parlamentares, Líderes políticos, Líderes da comunidade, e o povo de uma forma geral. E esta é uma das funções do Parlamento, é uma das funções desta Casa.

Considero que Vossa Excelência é extremamente feliz, é ponderado na forma como faz a análise da matéria, e nos traz inclusive, o conhecimento histórico dessa questão, a fim de que possamos bem assimilar o pensamento de Vossa Excelência.

Espero que esta Casa continue a debater sobre esta matéria, e me permita cumprimentar Vossa Excelência, pela oportunidade e pelo brilhantismo de sua intervenção, nesta ocasião. **O SR. LEÔNIDAS CHAVES** — Muito bem, Deputado Airton

Cordeiro, Vossa Excelência foi muito feliz quando tocou exatamente em pontos cruciais, como por exemplo, a grande dificuldade, o grande momento dificultoso que o País passa nos dias de hoje, nessa época.

Mas, continuando, Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Lê): "Em 1848, por Decreto de 5 de março foi instituído na França o sufrágio universal, admitido em seguida por várias outras nações. A Câmara dos Comuns Inglesa só depois de 1918

é eleita por esse processo. O parlamentarismo inglês foi um modelo para muitos países. Mas não serviu de exemplo unicamente às democracias de sufrágio universal igualitário. Criou ele o tipo da monarquia parlamentar.

A correlação entre democracia e parlamentarismo se acentua ao constatarmos que a maior parte das democracias passadas e presentes, são democracias parlamentares, que se utilizam de uma organização e autenticidade de muitos séculos. No Brasil, a experiência da prática parlamentarista ocorreu no Império, embora muitos procurem negar o nosso governo imperial como sendo parlamentarista.

Os apologistas do regime parlamentar — segundo registram os historiadores — são numerosos nos mais diversos países, e no Brasil pode-se dizer que são dos mais cultos e brilhantes espíritos, passados ou contemporâneos, que têm estudado o funcionamento desse sistema no qual a responsabilidade ministerial é levada aos extremos limites.

A. Esmein, professor da Faculdade de Direito de Paris, e orientador de pesquisadores sociais, autor de um dos clássicos estudos sobre o funcionamento do sistema parlamentar, proclamou que “o governo parlamentar é um sistema admirável, que une e concilia dois termos quase opostos; a ação livre do poder executivo e a ação poderosa das câmaras sobre o governo”. E referindo-se ao regime inglês, diz: “É de todos o que pode mais prontamente fazer triunfar a opinião pública, a maior força política dos tempos modernos”.

Executivo emanado do Legislativo — do qual aquele é uma delegação — e responsabilidade ministerial coletiva são características fundamentais do parlamentarismo, que tem o Gabinete como traço de união.

A teoria parlamentar está latente em vários espíritos. Do presidencialismo já se disse que é uma espécie de ditadura, nomeadamente entre os povos latino-americanos, e sistema cheio de todos os vícios de moléstia política. Esse mesmo sistema presidencial acentua escritores, sociólogos e juristas —, por uma péssima compreensão da divisão dos poderes constitucionais, não tem a maleabilidade indispensável ao jogo político da vida democrática moderna, e converte-se em um viveiro permanente de revoluções.

Recorrendo a Raul Pila, é bom lembrar que o sistema presidencial no Brasil foi imposto à Nação pelo Governo Provisório e até hoje não foi satisfatoriamente praticado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

A vida brasileira está a reclamar uma reforma constitucional para ajustar os tantos retalhos que emendaram a nossa Carta Magna. Apresenta-se a oportunidade da reforma em profundidade inclusive em nosso sistema de governo. O debate está iniciado. Não nos omitamos. Participamos dele, em cumprimento da delegação que nos outorgou o povo paranaense. Sejam dignos dessa missão”.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, com este pronunciamento eu convido os Srs. Parlamentares deste Estado, para que em curto espaço de tempo esta Casa proponha a abertura ampla, de um debate profundo sobre uma possível implantação de um novo regime neste País, que é o regime Parlamentarista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa registra com satisfação, a presença em Plenário da Vereadora Rosa Maria Chiamulera, da Câmara Municipal de Curitiba. Consulto à Liderança do Partido Democrático Social, se fará uso do horário que lhe é concedido.

O SR. PRESIDENTE TÉRCIO ALBUQUERQUE — No horário da Liderança do PDS, falará o Deputado Airton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero primeiramente enaltecer a atitude do Prefeito e dos Ve-

readores do Município de Quitandinha, pela doação de uma tonelada de feijão, para os nordestinos. Esse produto foi trazido hoje e entregue à Legião Brasileira de Assistência. Peço ao Prefeito e ao Vereador Wilson Hasseemann que estão aqui presentes, que levem esta nossa manifestação à Edilidade de Quitandinha.

Na sessão de ontem, trouxemos a esta Casa a denúncia da discriminação que a atual Diretoria do Banco do Estado do Paraná, sob a inspiração do Secretário de Estado das Finanças, com toda a certeza, com anuência do Governador José Richa, a discriminação que a Diretoria do Banco do Estado faz, em relação aos funcionários desta instituição, subtraindo dos oito mil funcionários do Banestado o direito de participação na Diretoria daquele estabelecimento oficial de crédito. No dia de hoje, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, trago ao conhecimento desta Casa o expediente encaminhado pela Federação dos Empregados em Estabelecimentos bancários do Estado do Paraná, Senhor José Brandt da Silva, Presidente do Banco do Estado do Paraná, cujo teor é o seguinte:

“Expediente datado de 20 de setembro do corrente ano; Senhor Presidente, chegando ao nosso conhecimento a determinação emanada da Diretoria Administrativa desse Banco, onde, através da circular-telex n.º 240/83, ficou determinado o congelamento dos valores da comissão de cargo e os dois quintos correspondentes frente ao reajuste salarial de 1983, vimos com o devido acatamento à presença de Vossa Senhoria, solicitar-lhe o seguinte: a Comissão de Cargo e a complementação de dois quintos, destinados a remunerar o maior grau de responsabilidade exigido do empregado no cumprimento de sua função, constitui-se iniludivelmente em parcelas salariais remuneratórias do esforço despendido.

Todas as verbas que decorrem da percepção pelo empregado na comissão de cargos são por conseguinte, também caracterizadas como salariais.

A Legislação Trabalhista Brasileira consagra dois princípios básicos de proteção do empregado. O primeiro refere-se a irredutibilidade dos salários, e o segundo, a inalterabilidade dos contratos laborais. A atitude assumida por essa diretoria fere frontalmente ambos os princípios de proteção do empregado, considerando que o reajustamento semestral a ser concedido em primeiro de setembro de 83, faria com que os valores percebidos anteriormente fossem elevados ao real patamar de sua capacidade aquisitiva, cuja medida redundaria em uma redução do direito do empregado; já adquirido através do tempo, tanto pelas disposições legais, quanto pelas normas contidas nos instrumentos coletivos de trabalho, aviltando sensivelmente a situação social dos empregados dessa conceituada empresa.

Por outro lado, perpetrou-se autêntica alteração das condições vigentes nos contratos de trabalho, medida esta vedada expressamente pelo Artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho. É bem dever-se que, embora existindo uma disfunção econômica nessa instituição, a mesma não pode ser imputada aos trabalhadores, mesmo porque estes vêm sendo impedidos de participar da administração da empresa, e impossibilitado de fiscalizar a correta exploração da atividade a que se destina em razão da instabilidade de sua permanência no emprego e constantes ameaças às suas condições de trabalho.

Diante do exposto, solicitamos:

a) a reconsideração imediata da disposição contida no telex-circular 240/83 em face da manifesta ilegalidade do ato para o efeito de determinar o cumprimento da Lei 6708 de 79 e sanar a precipitada e anti-social decisão dessa diretoria;

b) seja instituída com urgência a modalidade de participação dos funcionários na administração da empresa, de forma que possam debater e deliberar sobre soluções a serem adotadas para o saneamento financeiro dessa instituição e, finalmente,

c) seja reconhecida e colocada em prática a plena garan-

tia do emprego a todos os funcionários do Banco do Estado do Paraná S.A., sem a qual a finalidade social a que se destina a empresa deixará de ser, não permitindo-se com isso o estabelecimento do princípio da coestão e do direito de zelo ao patrimônio público.

Assinam esta correspondência encaminhada pela Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná, ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, os Srs. Luiz Carlos Saldanha de Almeida, pelo Sindicato dos Bancários de Curitiba, e o Sr. Roberto Pinto Ribeiro, Vice-Presidente.

Voltamos a este assunto no dia de hoje por entendermos que esta é mais uma contradição do Governo José Richa. Esta é mais uma contradição de um partido político que ainda agora, a nível nacional, se insurge e, aliás com muita razão, contra o Decreto 2.045, que subtrai do trabalhador brasileiro, a justa remuneração que ele merece

Ainda ontem esta Casa ouviu, presenciou e testemunhou, pronunciamentos dos parlamentares dos dois partidos com assento neste Poder, contra a política salarial do Governo. E mais ainda, contra o arrocho salarial materializado no Decreto 2045, através do qual a classe assalariada brasileira perde o seu poder real aquisitivo.

Não podemos portanto, aceitar sob a pena de sermos coniventes com uma profunda injustiça, que o Governo do Estado do Paraná, acionista majoritário do Banco do Estado do Paraná perpetre esta injustiça contra os oito mil funcionários; dupla injustiça, aliás; a primeira, pela sonegação clara e indisfarçável de um direito adquirido dos funcionários do Banco. Pois é regra estatuída através do próprio Regimento do Banco do Estado do Paraná que é direito dos funcionários a sua representação na diretoria do Banco.

Estendemos mais esta representação através de um projeto de lei, e o PMDB, com assento nesta Casa, rejeitou. Estendemos esta representação à todas as empresas do conglomerado Banestado. A subtração deste direito, quer me parecer, seja uma flagrante distorção, sobretudo uma contradição, se consideramos a campanha eleitoral e o discurso eleitoral do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Hoje, com os poderes que concentram em suas mãos, está enfeixando do Palácio Iguaçu, o Governador José Richa, salvo se não detiver a liderança verdadeira do Governo Paranaense, poderia, como pode a qualquer momento, determinar a reparação desta injustiça que está sendo perpetrada contra os funcionários do Banco do Estado. E a segunda, é o aviltamento das vantagens financeiras dos funcionários do Banco, vantagens estas consagradas, vantagens estas asseguradas pela Legislação Trabalhista vigente.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que estamos observando é que hoje, no Banco do Estado do Paraná, se impõe basicamente uma ditadura contra os valores do Paraná, porque temos conhecimento de que esta diretoria que deveria ser ocupada por um funcionário do próprio Banco do Estado, vai ser ocupada por um funcionário do escalão inferior do Banco Central, que vem de Brasília a convite do Secretário de Estado das Finanças.

Indagamos, perguntamos, questionamos aos Srs. Parlamentares, revelando a nossa preocupação, se o Paraná não tem valores humanos para compor a diretoria do Banco do Estado. Este Estado não tem pessoas com competência comprovada, para a composição da diretoria de um estabelecimento bancário, do qual o Governo Paranaense é acionista majoritário.

Ao que tudo indica, dentro da ótica do Governo José Richa, não há. Porque sabemos, perfeitamente, da importação de pessoas para virem ao Paraná, trabalharem não só no Banco do Estado como também, em outros setores da administração paranaense.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Creio que todos nós paranaenses devemos nos sentir feridos com este tipo de comportamento porque queremos um governo altamente paranaense, identificado com os anseios do nosso povo e valorizando os princípios, e ao mesmo tempo valorizando as manifestações pessoais e coletivas da gente que aqui vive e que aqui vivendo, sabe melhor do que ninguém, o que é bom para o Paraná.

Refutamos, portanto, a linha que está sendo adotada, ao comandar o Paraná pelo Sr. José Richa, e sobretudo, por aquele que ao que parece, se sobrepõe ao próprio Governador, que é o Sr. Erasmo Garanhão.

Concedo o aparte ao Deputado Tércio Albuquerque. O Sr. Tércio Albuquerque — A Liderança do Partido Democrático Social, desta Casa, vem dar o apoio incondicional às suas declarações de ontem e de hoje, favoráveis aos funcionários do Banco do Estado do Paraná, Banco nosso, de todos nós Paranaenses, quer por nascimento ou por adoção.

O que nós reclamamos, através de suas inteligentes colocações, Deputado Aírton Cordeiro, é um direito que os funcionários do Banestado têm, que conquistaram ao longo dos anos, de luta e trabalho, como os funcionários humildes, que muitos deles começaram no início da carreira naquele estabelecimento de crédito.

Nós não podemos aceitar, que um governo, como o do Sr. José Richa, que declarou aos quatro cantos do Estado do Paraná uma democracia participativa e transparente, onde a voz do povo deste Estado, seria automaticamente o aconselhamento para o seu plano de governo e de trabalho.

O que nós assistimos é o contrário, quando quer-se impôr contrariamente aos interesses do Banco do Estado do Paraná, mas em especial dos seus funcionários, tolhe o direito de participar de uma das diretorias por obrigatoriedade, um funcionário do Banco, e trazendo ao nosso convívio, pessoas que não conhecemos, vindos de outro Estado, pode ser até que venha do Banco Central, não nos interessa, Deputado Aírton Cordeiro, como já estão muitos aí que nós não sabemos sua procedência.

O que nós desejamos é apoiar, muito longe das eleições Deputado Aírton Cordeiro, como Vossa Excelência foi taxado nesta Casa, porque no ano passado, Vossa Excelência trouxe à Assembléia Legislativa do Estado, um projeto de sua autoria, que garante o direito dos funcionários do Banco do Estado, e disseram que Vossa Excelência fazia demagogia, em vésperas de eleições. Eu nunca vi Vossa Excelência, fazer demagogia. O que eu vejo, é Vossa Excelência, pela sua inteligência, pela sua capacidade, pela sua garra de trabalho, pela sua honradez como paranaense, como representante do povo, na Câmara dos Vereadores e hoje nesta Assembléia, lutar, deputado Aírton Cordeiro, e nós rogamos que Vossa Excelência continue, como sempre, lutando pelo nosso povo paranaense.

E o Banco do Estado do Paraná, deverá saber agradecer, deputado Aírton Cordeiro, não com votos, pois Vossa Excelência vai demorar muito a precisar de votos; falta ainda, uns três anos para ser candidato a senador do nosso partido.

O que Vossa Excelência precisa é continuar demonstrando a sua garra, o seu interesse, a sua luta pelo povo do Paraná, em defesa do maior patrimônio que nós temos, que é a nossa instituição bancária. Nós não podemos a bel-prazer e a gosto de um secretário de Estado, transformar a nossa diretoria, a diretoria que os funcionários adquiriram ao longo dos anos, pela sua luta, e agora doá-la a um cidadão desconhecido que nós nem sabemos quem é, como disse um funcionário do Banco que esteve no meu gabinete, conversando comigo. Eu o aconselhei a conversar com o deputado Aírton Cordeiro, pois ele, no ano passado, já fez projeto semelhante nesta Casa, apoiando e defendendo os

funcionários do Banco. Vossa Excelência tem o apoio não só deste deputado, mas de todos os deputados da bancada do PDS e acredito, também da maioria dos senhores deputados da Situação hoje, e que ontem eram da Oposição.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu agradeço, deputado Tércio Albuquerque, a manifestação de Vossa Excelência que me sensibiliza profundamente, e que acima de tudo de ser a manifestação de um companheiro, um amigo.

Ao tempo, senhor presidente, em que eu me permito fazer um apelo veemente à liderança do governo nesta Casa sob pena de nós constatar, esta é a expressão correta, de constatar o fato de que a liderança do governo na Assembléia Legislativa do Paraná nem sempre significa a extensão da vontade do Poder Executivo, do governo a que ela serve.

E explico melhor, quando discutíamos um projeto de lei sobre os funcionários do Banco do Estado, sua representatividade na diretoria do Banco, o deputado Nilso Sguarezi, afirmou da tribuna, munido de uma farta legislação, munido de resoluções do Banco Central, do Código Comercial, argumentou que jamais o funcionalismo do Banco deixaria de dar a sua participação na diretoria, porque, era um direito estatutário. E hoje, se prevê para a assembléia geral do Banco do Estado do Paraná, a supressão do artigo do Estatuto que assegura esta representatividade.

E é por isso que nós nos preocupamos com esta matéria. É por isso, que nós a trouxemos ontem para este Plenário e insistimos no seu debate hoje, buscando sensibilizar os parlamentares do PMDB que detêm a maioria da Casa, e que representam a vontade palaciana, para que nos ajudem a reparar esta injustiça, até para ser incoerentes, como nós ouvimos já inúmeras vezes, parlamentares do PMDB falarem e com propriedade, repito, sobre o arrocho salarial, sobre as conquistas sociais do povo brasileiro e sobretudo, pela participação necessária do trabalhador na administração das empresas deste País.

Este eu tenho impressão que era um dos objetivos maiores do PMDB ao chegar ao Poder. E quando se chega lá, deputado Roberto Requião, faz o que se faz no Banco do Estado do Paraná.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Ailton Cordeiro, nós estamos, realmente, como-vimos com a sua preocupação ante a situação do direito adquirido dos funcionários do Banco do Estado e com a posição da nossa bancada.

Mas, para que Vossa Excelência não mais se preocupe e possa se ocupar dos interesses maiores da população do Estado, estamos garantindo a Vossa Excelência, em nome da liderança do PMDB, que esta preocupação é só mesmo uma preocupação.

Não existe por parte do governo a pretensão, a intenção ou a determinação de eliminar o direito adquirido pelos funcionários do Banco do Estado, suprimindo a sua participação na diretoria, pois ela se restringe a uma única diretoria.

E esta diretoria está mantida e não se pensou em suprimi-la.

Muito obrigado, deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e espero que o governo de Vossa Excelência nos dê razões para que nos preocupemos com outros assuntos, porque até hoje, o governo do senhor José Richa não nos permitiu preocupar-nos com outros assuntos da administração estadual, senão com a inércia governamental com a falta de ação governamental, com a falta de realização governamental.

E mais ainda, deputado Roberto Requião, informo a Vossa Excelência que fico satisfeito ao ouvir a revelação que Vossa Excelência faz. Os brados que demos ontem aqui surtiram efei-

to, e não foram só os nossos, deputado Roberto Requião, foram também do ilustre companheiro de bancada de Vossa Excelência o deputado Alencar Furtado, e o seriam também do deputado Rubens Bueno, que tentava nos apartear e que por falta de tempo não foi possível, mas que no final do nosso pronunciamento se solidarizou com o que nós havíamos afirmado desta tribuna. Então eu me sinto reconfortado, porque o que se falou nesta Casa ontem, repercutiu no Palácio do Governo e sobretudo mexeu com os bríos daqueles que querem comandar o governo do Paraná, sem dar muita satisfação aos paranaenses que aqui vivem e espero que não futuramente, mas já, a partir de agora, o governo Richa nos dê razões para nos ocuparmos de outras matérias nesta Casa, porque, deputado Requião, quando nós falamos por oito mil pessoas, que representam certamente oito mil famílias, e quando nós falamos sobre uma conquista social nós não estamos manifestando uma preocupação gratuita e, inconsequente, nós estamos indo ao encontro de aspirações legítimas de uma parte da população deste Estado.

Por isto não aceito a ironia de Vossa Excelência e ao devolvê-la acrescento mais, espero que este governo deixe de lado as suas atitudes menos eficazes e se preocupe com o Paraná, porque até agora não vimos o governador deixar o trono que o povo lhe conferiu.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à liderança do PDS se fará uso do restante do horário que lhe é concedido.

Tendo declinado, consulto à liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra o senhor deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Senhor presidente, senhores deputados, não sou crítico de teatro nem dramaturgo, mas se crítico fosse, sem dúvida nenhuma haveria de atribuir excelente avaliação ao deputado Ailton Cordeiro, avaliação pelas suas excelentes condições de realizar brilhantes apologias a respeito do nada, a respeito do vazio total.

Há algum tempo este deputado mobilizava esta Assembléia toda em torno de um vazio com o nome do desempregado João.

Ontem e hoje volta a reprisar as suas façanhas, cria situações inexistentes, alimenta-se do que é absolutamente inverdade, e que em absoluto não pode comprovar, a nível de gênero dramático, mais uma de suas encenações!

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. TADEU FRANÇA — No final concederei todos os apartes que forem solicitados.

O Sr. Tércio Albuquerque — Tomara que haja tempo.

O SR. TADEU FRANÇA — Senhor presidente, senhores deputados, ainda hoje a partir das 14 horas, portanto agora, está se realizando nas dependências do Conglomerado Banestado, uma assembléia, congregando tantos representantes dos acionistas quanto do governo do Estado, para discutir, entre outras coisas, também a realidade estatutária daquela Instituição.

Fizemos questão de manter contato com representantes da diretoria, ainda há poucos instantes e indagamos se por acaso existia alguma proposta que estivesse vedando a representação dos funcionários do Banestado na diretoria daquela Instituição.

A resposta foi exatamente o absoluto desconhecimento, foi exatamente a confirmação daquilo que ainda há pouco proclamava o deputado Roberto Requião, respaldado até mesmo em afirmativa do chefe da Casa Civil do governo, que também desconhece o produto da fantasmagórica elucubração que ainda há pouco ouvimos.

É por essa razão que são precipitados, pelo menos até prova em contrário, afirmativas de que o governador José Richa estaria aplicando o golpe contra os funcionários do Banestado. Se golpes existiram contra funcionários do passado, foram golpes do sempre negado reajuste semestral, aos funcionários públicos paranaenses; foi o décimo terceiro que jamais existiu. Deputados do PDS, às vezes, chegam a articular, afirmar que o governo está dando o calote do décimo terceiro. Calote foi o dado pelos governantes do passado, da Situação, que se recusaram, se furtaram, que se negaram, que não reconheceram nem mesmo as migalhas do que hoje indesculpavelmente, com inaceitável parafernália verbal, chama-se de calote, de migalha, de restrição mesquinha.

Nós queremos, por outro lado, parabenizar o deputado Osvaldo Alencar Furtado, por estar hoje enviando requerimento a esta Casa pedindo informações sobre a procedência, ou não, da versão, para ficar mais claro, do boato segundo o qual se estaria pretendendo alijar da diretoria do Banestado um direito Estatutário que sempre foi assegurado, em termos de representatividade dos funcionários.

Parabéns, deputado Osvaldo Alencar Furtado, porque isso representou uma preocupação séria de Vossa Excelência, mesmo não havendo poupado, por antecipação, críticas ao secretário das Finanças, Erasmo Garanhão.

Digo isso porque, pelo menos, o deputado está procurando pesquisar a verdade e não deter-se em arroubos retóricos que a nada conduzem e que em absoluto nada constroem.

Falava o deputado Airton Cordeiro que o governador José Richa deve reparar uma injustiça. Qual injustiça? Qual injustiça, se os boatos urdidos, edificados, fantasmagoricamente, são fundados apenas em hipótese, em absoluto inexistem qualquer comprovação de veracidade.

Senhores deputados, está na hora de cobrarmos coerência e exigirmos provas com relação à devassa de acusações improcáveis contra o governo Richa; não menos improcável é a fúria com que o próprio líder do PDS, deputado Luiz Alberto Oliveira, tem inventivado o governo acusando-o de demissões em massa.

Nós deixamos bem claro, e já afirmamos desta tribuna que as simbólicas demissões que existiram representam sim, dificuldades para o próprio governo. Demissões muito maiores deveriam ter ocorrido. Todos os cargos que no passado, representaram acesso através do apadrinhamento do PDS, todos aqueles que tentaram somar favores eleitorais ao PDS, pela mesma porta que entraram deveriam ter saído; pela mesma escada em que subiram, deveriam ter descido, mas, Richa praticamente nada demitiu, levando-se em conta os números que vamos apresentar aos senhores deputados, daquilo que há 20 anos passados, realizou o então Major Ney Braga, a nível de demissões no Paraná.

Quantos companheiros do PMDB foram perseguidos, injustiçados, torturados, renegados ao emprego, em nome do apadiguamento fácil, histérico e histórico, patrocinado pelo governo do PDS. Quantos deles, senhores deputados!

E gostariam os atuais deputados do PDS, pelas manifestações que temos ouvido através das suas lideranças, que esses mesmos peemedebistas permanecessem eternamente à margem, permanecessem eternamente à beira de um processo, que eles ajudaram a construir, e do qual jamais participaram.

Se alguma falha existiu, que no passado foi arbítrio, foi apadrinhamento fácil, foi inchaço efetivo, inchaço esse, que hoje ainda pesa nos ombros do próprio governo do Estado, através uma folha de pagamento, que dada à generosidade do governador em não permitir demissões, está custando muito aos cofres públicos do Paraná.

Senhor presidente, senhores deputados. A paciência deve ser cultivada.

Nós temos procurado cultivá-la aqui nesta Casa, e ao invés

da liderança do PDS se voltar para os graves problemas que afligem o Estado, prossegue insistindo em acusações injustas, infundadas, ao governo democrático de José Richa.

O País está de joelhos diante dos banqueiros internacionais, sem condições de pagar os juros da monstruosa dívida de 100 bilhões de dólares, enquanto cresce a fila dos desempregados.

Demissões no Paraná, existiram sim, mas em caráter simbólico. Não é desemprego, é rotatividade mínima, em termos de quem até ontem, sempre esteve fora do processo.

A inflação nacional, caminha célere para o patamar de 200 por cento, sem precedentes em nossa história. Os preços dos gêneros alimentícios dispararam, assim como as prestações do BNH, as tarifas do transporte, do telefone e da energia elétrica, e Suas Excelências do PDS, não refletem pelo menos a nível de tribuna, a nível de mensagem, sobre esta dura realidade, nem sobre as suas graves repercussões sobre economia do Paraná.

Senhor presidente, senhores deputados, os graves problemas da administração pública e os vícios herdados de uma administração que governou de costas para o povo, e por isto foi repudiada nas urnas de novembro, não parecem preocupar os ilustres deputados da bancada minoritária, pelo menos a nível de mensagem, daqueles que têm se transformado em porta-vozes da incoerência, da parafernália, da tese sobre o vazio, do diálogo em cima do que não existe, da denúncia vazia, não no sentido jurídico, mas no sentido literário, etimológico da expressão.

Tudo o que sabem fazer e dizer, é acusar injustamente o governador José Richa, atribuindo-lhe intenções e erros inexistentes, principalmente no que diz respeito às supostas demissões em massa, de humildes servidores públicos, por razões políticas.

Senhores Deputados, a nossa paciência também deve ter limite, porque demissões em massa não existem no governo Richa. Existiram, e vamos provar que existiram, no governo, do Major Ney Braga que assumiu o Poder em clima de ódio e de vindita, contra os adversários políticos da época.

Hoje, senhores deputados, todos sabem que a situação do Estado é difícil, e se outros motivos não existissem, as recentes calamidades climáticas, seriam suficientes para aconselhar o máximo de contenção de despesas, proibindo-se novas contratações e cortando as mordomias dos marajás do serviço público, que acumulavam fusões de salários, sem falar nos funcionários fantasmas, que recebiam sem trabalhar.

Apesar da angustiante situação em que se encontram as finanças estaduais, motivadas entre outros fatores, por uma legislação tributária que concentrou os recursos em poder da União, em prejuízo dos Estados e municípios, o governo José Richa não promoveu aquilo que se insiste, injustamente, em afirmar qualquer processo de demissão em massa no serviço público do Paraná.

As demissões em massa só existem, portanto, na imaginação dos deputados que querem construí-la, que prosseguem apegados aos valores do passado, e tentam mover a roda da história para trás.

Senhor presidente, senhores deputados, este não foi o comportamento do Major Ney Braga, no passado. Ainda em seu primeiro governo, assumindo o Poder em 31 de janeiro de 1961, já no dia 2 de fevereiro daquele ano, iniciou um processo de demissão, sumária, de servidores públicos, visando principalmente os diaristas e tarefeiros, justamente os que recebiam salários mais irrisórios na estrutura administrativa do Estado.

Esqueceram-se os senhores deputados do PDS do que apresentou o governador a quem serviram, ainda num passado recente neste Estado; esqueceram-se bem cedo, das demissões em massa, de ontem, e hoje, articulam-se veementemente, contra algumas simbólicas, necessárias e normais demissões, em qualquer processo de mudança de governo.

O primeiro ato de governo de Ney Braga, foi, senhores

deputados, a exoneração de centenas de funcionários que exerciam cargos em comissão, nomeando em seguida os seus correligionários políticos, para preencher as respectivas vagas em níveis e salários mais elevados, o que desde logo demonstrou a improcedência das chamadas "razões de economia" invocadas pelo governo para demitir milhares de funcionários, e defendida pelo seu então líder, Haroldo Leon Peres!

No dia 9 de fevereiro de 61, os jornais noticiaram nova leva de exonerações e a conseqüente nomeação de apaniguados políticos, estes, invariavelmente, em níveis e funções mais altos, numa demonstração de que estava se iniciando uma nova ordem no Estado, para os adversários políticos e os funcionários humildes do Estado; todas as arbitrariedades eram possíveis, mas, para os protegidos políticos todos os favores, às custas dos cofres públicos.

Senhores deputados, em 18 de fevereiro de 61 os jornais informavam que as demissões em massa continuavam. Mais de 2000 servidores haviam sido demitidos sem qualquer explicação, chegando o senhor Ney Braga, ao final do sexto mês de governo, à cifra de 6 milhões de demissões, o que representa demais, considerando-se a população paranaense daquela época.

No dia seguinte, os jornais abriam manchetes, dizendo que o sistema estadual de ensino estava em colapso, as demissões generalizadas, as transferências anuladas, e a não designação de professores para o preenchimento dos cargos gerou uma balbúrdia total em todas as escolas primárias do Estado.

No antigo Departamento Estadual de Serviço Público, foi criada uma Comissão Secreta, encarregada de promover os expurgos no quadro do funcionalismo estadual. Nunca se mencionou os nomes dos integrantes, mas nem por isso essa Comissão deixou de exercer os seus plenos e totais poderes para demitir funcionários de todos os órgãos públicos do Estado, muitos deles com 10, e até 15 anos de serviços prestados.

No dia 19 de fevereiro, os jornais da época noticiavam que a demissão de agrônomos deixaria sem objetivo as casas rurais que haviam sido criadas na Administração do Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, para prestar assistência aos agricultores do Paraná. A denúncia, senhor presidente, senhores deputados, não era gratuita, pois partiu do então presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, Paulo Gustavo Sommer.

Na Assembléia Legislativa do Estado, o então líder do governo - para mim particularmente, deputado por Maringá, conhecido bastante não só por mim, mas por seus atos todos contra o Paraná, líder do governo Ney Braga, Haroldo Leon Peres dizia que, o governo não estava demitindo ninguém, mas vejam a ironia, senhores deputados, apenas deixando de renovar os contratos, porque a situação financeira do Estado era péssima, não demitia, apenas deixava de renovar contratos!

Era a carta irônica da perseguição pura e simples do arbítrio barato, selado, forjado em nossa História, esquecido por deputados, que ainda ontem estavam nos palanques ao lado de Ney Braga e que, hoje vociferam contra uma migalha, ao lado daquilo que foi a verdadeira torrente de abismos e perseguições, massacres praticados contra o funcionalismo público pelo então Major Ney Aminthas de Barros Braga.

O deputado Nicanor Vasconcellos protestava, dizendo que na região de Irati, muitos servidores com até 15 anos de serviço, estavam sendo também sumariamente demitidos. No calor dos debates, surgiram algumas informações interessantes, os servidores demitidos, nas Secretarias da Saúde e Educação, estavam sendo substituídos por elementos indicados pela União Democrática Nacional.

Prova disso, é a manchete do jornal "O Dia", de 28, daquele fatídico mês de fevereiro de 1961: "Governo demite pessoal por excesso, mas faz novas nomeações".

Para refrescar a memória de alguns deputados mais idosos do PDS, fechamos o que noticiou a imprensa no dia 3 de março

de 1961: "Postos de Higiene Infantil não funciona. Governo põs funcionários na rua." Dizia a notícia: "O posto de Higiene Infantil anexo ao Departamento de Saúde, não funcionou ontem, em conseqüência da demissão dos seus funcionários, juntamente, com 600 outros servidores da Secretaria da Saúde. Dezenas de mães e pais esperavam em vão ser atendidos. Os que tinham mais recursos levaram seus filhos a consultórios médicos particulares, os outros, voltaram para casa desolados".

Tudo isso, em nome da política de apoio aos funcionários públicos, perpetrada no passado pelo Major Ney Braga.

Também o posto médico de Santa Quitéria deixou de funcionar, e a então vereadora Maria Clara Tecerolli, acusou o governo pelo seu fechamento. O posto atendia cerca de 1.500 pessoas por dia.

Não poderíamos, senhor presidente, realizar e apresentar aqui pela exigüidade do tempo, o levantamento completo das demissões sumárias, realizadas na primeira administração, ainda do senhor Ney Braga, gerando um clima de revolta e desassossego neste Estado, atingindo inclusive os funcionários - não demitidos - mas que se consideravam ameaçados de perder o seu sustento de um dia para outro, porque a pressão, a ameaça e a guerra fria da represália, sempre fora a tônica filosófica norteadora do governo que ainda ontem ocupava o Palácio Iguaçu, o senhor Ney Aminthas de Barros Braga.

Devido ao tempo, não poderei ler, mas quero que se arquivem nos Anais desta Casa, as cópias dos jornais da época, as manchetes dos jornais que comprovam, exuberantemente, a veracidade dos fatos aqui apresentados, e de outros que deixamos de apresentar por absoluta impossibilidade.

Sucessivas edições do "Diário Oficial" publicavam grandes listas nominais de servidores demitidos. Em 9 de março de 1961, foram demitidos diversos funcionários da Consultoria Geral do Estado, simultaneamente.

Senhor presidente, senhores deputados, com um simples decreto o governador Ney Braga anulou a reclassificação de 13 funcionários daquela Consultoria, num acintoso desrespeito à Constituição Estadual.

Em 18 de abril de 1961, os jornais noticiavam que o DER, então dirigido pelo engenheiro Saul Raiz, demitiu funcionários com até 13 anos de serviço público, sempre por razões de economia. Mas o deputado Waldemar Daros, de saudosa memória, afirmava que estranhamente rezavam pela cartilha política dos partidos que apoiavam o governador.

Ao final de tantas injustiças e arbitrariedades, o então Major Ney Braga, dignou-se a comparecer a uma cadeia de emisoras de rádio, para apresentar a sua versão dos fatos. Limitou-se a declarar que as demissões foram feitas por razões de economia e para moralizar o serviço público, e desatou em acusações contra o ex-Governador Moisés Lupion.

Para concluir senhores deputados, não estamos aqui para julgar o passado de homens públicos, porque já foram julgados e aposentados pela vontade soberana e definitiva do povo do Paraná. Apenas trouxemos esses fatos à Tribuna no dia de hoje, para caracterizar a diferença de estilo e de comportamento entre políticos do PDS, que no passado si, vergaram, assumiram e levaram avante, aquilo que hoje injustamente eles imputam ao governo do PMDB, que são as demissões em massa.

É por esta razão que nós nos orgulhamos de afirmar: demissões em massa no atual governo não há; só existem na fantasia de quem prova possuir uma mente muito curta para se esquecer do que foi o ciclo de perseguição barata no Paraná, sob os auspícios de Ney Braga.

O Sr. Airton Cordeiro - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Tadeu França, Vossa Excelência fez uma pesquisa e construiu um deformação histórica.

Vossa Excelência é muito criativo e tem muita imagina-

ção. Lamentavelmente, não terei nem tempo para apartear Vossa Excelência, como eu pretendia, porque o tempo já se esgota, praticamente. Mas eu terei oportunidade...

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (N. Trajano Bastos) A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna que o seu tempo está esgotado. Concede-lhe, entretanto, um minuto para concluir.

O SR. TADEU FRANÇA - Terei o máximo prazer, senhor deputado em ouvir as suas razões, mesmo porque gostaríamos imensamente de mudar nosso conceito a seu respeito, de deixar de imaginá-lo um quase teatrólogo, o que já provou várias vezes, ser um ilustre encenador em cima do nada.

O Sr. Aírton Cordeiro - Eu responderei a Vossa Excelência como merece, em outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passaremos à ordem do Dia, antes, porém, a Mesa registra a presença em Plenário, do doutor José Bento Neto, Vice-Prefeito de Umuarama.

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 58 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 97/83, constante da Ordem do Dia marcada para hoje, - **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de discussão e votação acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 97/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 75/83), que objetiva alterar a Lei nº 5944, de 21/05/69. (Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado), conforme especifica, com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., com EMENDA da C.R.H., por unanimidade, e da C.S.P., FAVORÁVEL ao Projeto e CONTRÁRIO à EMENDA da C.R.H., por maioria, COM EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em Votação a emenda da Comissão de Recursos Humanos. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda Aditiva nº 1 de Plenário. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda Aditiva nº 2 de Plenário. - **Aprovada.**

EMENDA Nº 1 - 3ª DISCUSSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 97/83.

Acrescente-se onde couber o seguinte artigo:

"Art. - Fica suprimido o inciso XIII do Art. 4º da Lei nº 5.944 de 21 de maio de 1.969."

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

Apoio: Roberto Requião, Tadeu França, Orlando Pessuti e Eduardo Baggio.

JUSTIFICATIVA:

O inciso XIII do Art. 4º estabelece que a Comissão de Promoções de Oficiais compete declarar a incapacidade moral do Oficial.

Legalmente, a incapacidade moral do Oficial só pode ser declarada, após comprovação, através decisão do Conselho de Justificação a que o mesmo for submetido.

Com a criação do Conselho e regulamentada suas atribuições após a Lei nº 5.944, através da Lei nº 5.836, de 05 de dezembro de 1.972, desnecessário ficou a competência estabelecida no inciso XIII, o que pretendemos revogar com a presente Emenda. - **Aprovada.**

EMENDA Nº 2 - 3ª DISCUSSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 97/83

A letra "b" do artigo 1º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"b) - Ao art. 4º é acrescentado o inciso XIV e letras "a" e "b", com a seguinte redação:-

XIX - Cancelar das fichas de promoção pontos positivos ou negativos já registrados, à requerimento ou "ex-offício",

a - quando verificado no processo declaratório, vício de origem, má-fé ou lapso;

b - por modificação da legislação, inclusive esta."

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

Apoio: Roberto Requião, Tadeu França, Orlando Pessuti e Eduardo Baggio.

JUSTIFICATIVA:

A PMPR propôs acrescentar um inciso XIV no art. 4º, praticamente com a mesma redação, que no entanto omite o cancelamento dos pontos negativos pelos mesmos motivos: vício de origem, má-fé ou lapso (no caso, da administração).

Por sua vez, como as modificações na Lei 5.944 são anseios do total da classe, que vê na lei anterior critérios errados para as promoções, é justo que, as alterações introduzidas agora possam imediatamente produzir efeitos, donde o acréscimo das palavras "inclusive esta". - **Aprovada.**

EMENDA Nº 3 - 3ª DISCUSSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 97/83

A letra "C" do art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

"C" - O art. 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º - A Comissão de Promoção de Oficiais é constituída pelo comandante geral como presidente, quatro (4) coronéis do Quadro de Oficiais Policiais Militares, como membros e três (3) suplentes, também do mesmo posto, sendo um do Quadro de Oficiais Policiais Militares, um do Quadro de Oficiais Bombeiros Militares, e um do Quadro de Saúde, que estejam no exercício de suas funções.

Parágrafo único. O suplente será automaticamente convocado.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

Apoio: Roberto Requião, Amélia Hruschka, José Antônio Fonseca, Caíto Quintana e Anibal Khury.

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada à mensagem pela Emenda é no sentido de que os membros da Comissão de Promoção de Oficiais devem estar no exercício de suas funções, acrescentando-se também a ordem de substituição dos suplentes nos casos de impedimento ou falta do membro titular. - **Aprovada.**

EMENDA Nº 4 - 3ª DISCUSSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 97/83.

Acrescente-se onde couber o seguinte artigo:

"Art. - O Artigo 19, da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1.969, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

Art. 19 - Os membros da CPO não podem abster-se de votar, salvo em caso de impedimento.

§ 1º - Será considerado impedido de votar ou relatar o membro que estiver julgando ele próprio, seu cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até 2º grau, inclusive, ou em caso de suspeição, declarada pelo próprio membro ou pela maioria.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

Apoio: Roberto Requião, Caíto Quintana, Amélia Hruschka, José Antonio Fonseca, Anibal Khury.

JUSTIFICATIVA:

Com a presente emenda estamos estabelecendo os casos de impedimento previstos em leis maiores e omitidos na lei anterior e nas atuais proposições da PMPR. - **Aprovada.**

**EMENDA Nº 5 – 3ª DISCUSSÃO
AO PROJETO DE LEI Nº 97/83**

O inciso III, do art. 37, da letra "e" do art. 1º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III – medalhas e condecorações conferidas por autoridades públicas da União e Estados, em reconhecimento de atos altamente meritórios: um ponto por medalha, computáveis até o máximo de dois pontos".

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

Apoio: Roberto Requião, Tadeu França, Eduardo Baggio, Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

Com a presente Emenda, estamos suprimindo da redação proposta pela mensagem, as medalhas conferidas por autoridades dos municípios.

A supressão tem por objetivo evitar uma regulamentação de grande amplitude e casuísmos inconvenientes.

O Paraná possui em torno de 300 municípios, e cada município com duas autoridades municipais (Prefeito e Presidente de Câmaras) razão pela qual se estaria, com a redação dada pelo projeto, estabelecendo amplitude que obrigaria nova regulamentação. — **Aprovada.**

**EMENDA Nº 6 – 3ª DISCUSSÃO
AO PROJETO DE LEI Nº 97/83**

Substitua-se na letra "F" do art. 1º, o inciso VI letra A, art. 37 pelo seguinte:

"VI – Curso de Especialização – 0,005 (cinco milésimos) de ponto por hora-aula, desprezando-se para efeito de cálculo o número de horas-aula que excederem a seiscentas (600)."

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

Apoio: Roberto Requião, Caíto Quintana, José Antônio Fonseca, Anibal Khury, Amélia Hruschka.

JUSTIFICATIVA:

Com a presente Emenda, estamos corrigindo a proposta apresentada pelo projeto, que ao nosso entender é injusta, já que equipara, por exemplo, um curso de 300 horas-aulas com um curso de 599 horas-aula. De forma que propomos, o mérito varia a cada hora-aula, propiciando inclusive ao órgão planejador de ensino não se ater a um currículo em função do número de pontos que a lei pode conceder. No limite máximo de pontos não houve alteração: um curso de 600 horas-aula vai continuar valendo – 600 X 0,005, ou seja, 3 pontos.

**EMENDA Nº 7 – 3ª DISCUSSÃO
AO PROJETO DE LEI Nº 97/83**

Substitua-se, na letra "h", do Art. 1º, a letra "a" do § 3º, do Art. 37, pelo seguinte:

"a) – Serão computados uma vez e somente para a próxima promoção de Oficial, independentemente do critério de promoção, considerando-se o posto em que foi concluído o curso".

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

Apoio: Roberto Requião, Tadeu França, Eduardo Baggio e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

Como precaução, tornar mais clara a redação a fim de evitar interpretações distorcidas, é a intenção da proposta de Emenda que ora apresentamos.

Da forma como esta redigida no projeto de lei, poderia

ocorrer a distorção para o entendimento como independentemente do critério a ser computado. — **Aprovada.**

**EMENDA Nº 8 – 3ª DISCUSSÃO
AO PROJETO DE LEI Nº 97/83**

Substitua-se, na letra "h", do Art. 1º, o § 4º, do Art. 37, pelo seguinte:

"§ 4º – As causas dos ferimentos em serviço serão apuradas mediante IPM ou Sindicância e as consequências mediante documento sanitário de origem, atribuindo-se pontos quanto ficar comprovado que:

- a) ocorreram durante execução de ato de serviço para a consecução das atividades finalísticas da Corporação, excluídas todas as atividades de apoio, serviço interno, desportivas e outras correlatas.
- b) Não forem motivas por imprudência, imperícia ou negligência do ferido."

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

Apoio: Roberto Requião, Tadeu França, Eduardo Baggio, Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

Tal proposição tem por finalidade dar redação mais apropriada e clara ao anunciado no § 4º, sem alterar o seu objetivo final como é tratado no projeto. — **Aprovada.**

**EMENDA Nº 9 – 3ª DISCUSSÃO
AO PROJETO DE LEI Nº 97/83**

Substitua-se, na letra "H", do artigo 1º, o § 5º, do artigo 37, pelo seguinte:

"§ 5º – Os pontos por ferimentos em serviço serão computados uma única vez por evento e somente para a próxima promoção, sendo computados na data em que for conferido.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

Apoio: Roberto Requião, Caíto Quintana, José Antônio Fonseca, Amélia Hruschka, Anibal Khury.

JUSTIFICATIVA:

Propomos acrescentar ao enunciado do § 5º, a considerar o posto de Oficial 180 dias após o ferimento, período necessário para se providenciar as averiguações legais, bem como do interessado requerer, ver sorteado e decidido o seu pedido de pontos pela CPO.

Justificamos melhor com o seguinte exemplo: um tenente é ferido em junho de 1983. É promovido a capitão em agosto de 1983. As averiguações das causas e consequências de seu ferimento são concluídas em outubro de 1983. Se considerarmos a contagem dos pontos quando o Oficial foi ferido, o citado como exemplo teria que somar pontos como 1º tenente, que não é mais. Caberia à CPO um enorme trabalho burocrático para computar-lhe os pontos naquele posto, levantar as promoções a que talvez tivesse direito por ressarcimento de preterição, as promoções dos demais envolvidos, tendo de refazer todos os decretos governamentais correspondentes. — **Aprovada.**

**EMENDA Nº 10 – 3ª DISCUSSÃO
AO PROJETO DE LEI Nº 97/83**

Acrescente-se onde couber, o seguinte artigo.

"Art. – O artigo 43, da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1.969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43 – A promoção ao último posto do Quadro da PMPR dar-se-á unicamente pelo princípio de merecimento".

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

Apoio: Orlando Pessuti, Roberto Requião, Tadeu França, Eduardo Baggio.

JUSTIFICATIVA:

Da forma como está redigido o art. 43, há confronto com o inciso II, do art. 52.

Assim, com a presente Emenda, se estará propiciando melhor clareza e fácil interpretação à lei.— **Aprovada.**

EMENDA Nº 11 — 3ª DISCUSSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 97/83

Acrescente-se onde couber, o seguinte artigo:

"Art. — O inciso VI, do artigo 41, da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1.969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 —

VI — Incapacidade moral, declarada por decisão do Conselho de Justificação".

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

Apoio: Orlando Pessuti, Roberto Requião, Eduardo Baggio e Tadeu França.

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 5.836, que criou o Conselho de Justificação para Oficial é que regula sobre os casos de incapacidade moral do Oficial. Com esta Emenda se estará melhor adaptando as atribuições do Conselho à Lei das promoções.— **Aprovada.**

EMENDA Nº 12 — 3ª DISCUSSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 97/83

Acrescente-se onde couber este artigo.

"Art. — Os incisos I, II e III do art. 54, da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1.969, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 54 —

I — no primeiro quarto de seu escalão hierárquico previsto, se segundo-tenente;

II — no primeiro terço de seu escalão hierárquico previsto, se primeiro-tenente;

III — na primeira metade de seu escalão hierárquico previsto, de capitão a tenente-coronel, inclusive."

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

Apoio: Eduardo Baggio, Orlando Pessuti, Roberto Requião e Tadeu França.

JUSTIFICATIVA:

Só foi acrescentada à redação ao original da lei, a palavra "previsto", para defenrenciar o escalão previsto do escalão existente.

Utilizou-se como referência o escalão previsto porque é um número fixo durante um período de tempo relativamente grande, ao passo que o escalão existente é sempre variável, ensejando cálculos a todo momento. Hoje o escalão previsto é igual ao existente porém quando o escalão previsto for maior que o existente a redação proposta ampliará o universo de concorrentes.— **Aprovada.**

EMENDA Nº 13 — 3ª DISCUSSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 97/83

Acrescente-se onde couber, o seguinte artigo.

"Art. — Considerar-se-á, para todos os efeitos legais, como unidade eminentemente operacional, a grande unidade do Corpo de Bombeiros."

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI.

Apoio: Acir Mezzadri, Nelson Vacconcellos, Anibal Khury, Márcio Almeida, José Antonio Fonseca e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Na hora do sinistro, onde o perigo ponteia em todas as matizes, não percebemos a diferenciação entre o combatente do fogo e os quadros administrativos.

Nesta hora, tanto o burocrata quanto o operacional, estão presentes no combate ao fogo.

Nesta corporação, o treinamento é indistinto para todo o efetivo, bem como as atribuições principais estão voltadas ao evento.

Só percebemos diferenças de atuação na atuação normal e diária, mas percebemos a comunhão de esforços quando solidários pela comunidade.— **Aprovada.**

Em votação o Projeto de Lei nº 97/83.— **Aprovado.**

As Emendas aprovadas neste turno irão à quarta votação.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 129/82, que autoriza o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem a estrada que liga a sede do município de Mallet à Barra do Potinga, município de São Mateus do Sul, passando por Faxinal, Palmital e Pontilhão.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 129/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, melhoria e retificação, trecho da rodovia municipal que liga a sede do município de Mallet à localidade denominada Barra do Potinga, município de São Mateus do Sul, passando por Faxinal, Palmital e Pontilhão.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) JORGE MAIA FILHO — Presidente;

EDMAR LUIZ COSTA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 156/82, que altera o número de vereadores à Câmara Municipal de Toledo, a partir da própria Legislatura.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 156/82.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — A Câmara Municipal de Toledo, passa a contar a partir da próxima Legislatura com 15 (quinze) vereadores.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) JORGE MAIA FILHO — Presidente;

EDMAR LUIZ COSTA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Complementar nº 34/83, que dá nova redação ao art. 51, da Lei Complementar nº 2, de 18/06/73, que passa a ter redação que especifica.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 34/83.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — O artigo 51, da Lei Complementar nº 02, de 18 de junho de 1973, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 51. O mandato de vereador será remunerado nos casos permitidos pela Constituição Federal.

Parágrafo único. Fica permitida a instituição de verba de representação para a presidência da Câmara Municipal, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do vereador”.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) JORGE MAIA FILHO — Presidente;

EDMAR LUIZ COSTA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 71/83, que declara de utilidade pública a “IGREJA EVANGÉLICA ALMAS PARA CRISTO RESTAURADA”, com sede em Curitiba.— Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 71/83**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “IGREJA EVANGÉLICA ALMAS PARA CRISTO RESTAURADA”, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) JORGE MAIA FILHO — Presidente;

EDMAR LUIZ COSTA — Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 74/83, (Mensagem nº 68/83, ex-Proposição nº 71/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos de convênio celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do “Prosafras”, no exercício de 1983.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 75/83, (Mensagem nº 71/83, ex-Proposição nº 72/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio de cooperação e compromisso celebrado em 31/12/81, entre o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Andirá, objetivando construção do Terminal Rodoviário naquela cidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do projeto de Resolução nº 76/83, (Mensagem nº 63/83 Expreposição nº 67/83), oriundo no parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando a execução do “PROSAFRAS”, no exercício de 1983. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 06/83, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que estabelece nos Termos da Presente Resolução que as dotações consignadas no orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, destinada a subvenção social, será aplicada por indicações dos senhores deputados, com PARECERES FAVORÁVEIS, com EMENDAS da C.C.J. e C.F., por unanimidade e com PARECER DA CO-

MISSÃO EXECUTIVA, FAVORÁVEL ao Projeto e à EMENDA da C.C.J. e CONTRÁRIO à EMENDA da C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

Projeto de Resolução nº 06/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - A dotação consignada no Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, destinada à subvenção Social, será aplicada, por indicação dos deputados, nos termos do estabelecido nesta Resolução.

Art. 2º - O deputado indicará a aplicação do seu crédito, para atender as seguintes despesas.

I - Subvenções e instituições privadas,

II - Auxílios a pessoas carentes na aquisição de materiais e serviços assim especificados:

a) Passagens e mudanças, dentro do território do estado,

b) Medicamentos hospitalares, cadeiras de rodas, aparelhos ortopédicos, aparelhos auditivos e visuais;

c) Serviços funerários;

d) Material didático;

e) Equipamentos de Trabalho;

f) material de cama, agasalho e alimentação;

g) hospedagens e refeições;

h) serviços essenciais prestados por entidades particulares.

III - Auxílios materiais a entidades de assistência social, culturais, esportivas e artísticas, sem fins lucrativos.

Art. 3º - É assegurado a cada deputado o crédito anual de até 290 (duzentos e noventa) maiores valores de referência, vigentes em 1º de maio do ano imediatamente anterior ao início da vigência dos créditos.

Parágrafo único - Aos suplentes de deputados, quando convocados, caberão cotas proporcionais ao número de meses em que estiverem no exercício do mandato.

Art. 4º - As liberações serão feitas em até quatro (4) parcelas, por determinação do Primeiro Secretário ao Departamento de Finanças, dentro da viabilidade do fluxo de caixa.

§ 1º - Os empenhos e registros dos créditos obedecerão à legislação atinente a adiantamentos, englobando-se, para este efeito, as parcelas liberadas no exercício;

§ 2º - Os créditos dos deputados serão processados pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais (CEAS).

Art. 5º - O deputado determinará, através de formulários próprios e sob a sua responsabilidade, ao departamento de Finanças para que efetue os pagamentos dos auxílios ou subvenções.

Art. 6º - As subvenções e auxílios concedidos a instituições privadas somente poderão ser concedidas a entidades declaradas de utilidade pública e que comprovem:

a) serem sediadas no Estado do Paraná e possuam personalidade jurídica há mais de um (01) ano.

b) estejam em pleno exercício de suas atividades.

c) não remunerem, a qualquer título os cargos de diretoria e não distribuam lucros, bonificações ou vantagens a seus dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto.

d) promovam educação, assistência social, exerçam atividades científicas, culturais ou outras atividades correlatas de caráter geral e sem discriminação.

§ 1º - As entidades beneficiadas com as subvenções regulamentadas por esse artigo, para receberem as subvenções nos exercícios subsequentes, deverão, obrigatoriamente, prestar contas, à Comissão de Tomada de Contas do Poder Legislativo, da aplicação das importâncias recebidas nos exercícios anteriores.

§ 2º - Executam-se da obrigação prevista no § 1º, as enti-

dades que receberem subvenções de valor igual ou inferior a dois (02) valores de referência regional, fixado no exercício da concessão, ficando neste caso a disposição da Comissão de Tomada de Contas, por cinco (05) anos, os documentos comprobatórios da aplicação do benefício.

Art. 7º - Os auxílios previstos no item 4, do Art. 2º, serão pagos mediante processo em que deverá constar:

- a) o nome do estabelecimento que prestou o serviço;
- b) comprovação de que vem funcionando de acordo com a legislação em vigor e que está situado no Estado;
- c) relatório de destino do valor liberado.

Art. 8º - Os auxílios a pessoas carentes, previsto no item II, do Art. 2º, desta Resolução, serão pagos pelo Departamento de Finanças diretamente às entidade fornecedoras do material ou fornecedoras do serviço.

Parágrafo único - Os pagamentos a que se refere este artigo serão liberados mediante a apresentação da primeira via da nota fiscal correspondente, devendo constar obrigatoriamente, no processo a relação das pessoas assistidas, devidamente individualizadas.

Art. 9º - Os pagamento serão feitos mediante cheque nominais, servindo como comprovante a cópia do cheque, assinado pelo deputado ou responsável pela empresa ou entidade.

Art. 10º - Somente serão processados as indicações e determinações de pagamento que estiverem em condições de contabilização, no Departamento de Finanças, até o dia 10 de dezembro do exercício do crédito.

Art. 11º - Após o encerramento do exercício a Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, com o visto do Diretor Financeiro, providenciará as prestações de conta individuais de cada deputado, enviando-as com um relatório à Comissão de Tomada de Contas que, aprovando-as, determinará o recolhimento de saldos, autorizando a baixa de responsabilidade junto a Contabilidade Geral.

Art. 12º - Fica prorrogado, por 30 (trinta) dias a partir da publicação da presente e determinação contida nos parágrafos 1º e 2º do artigo 3º da Resolução 19/69.

Art. 13º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em
(aa) Trajano Bastos-Presidente,
Gernote Kirinus-1º Secretário
Francisco Escorsin-2º Secretário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA O Projeto de Resolução n.º 06/83

PARECER

1. De iniciativa da douta Comissão Executiva, este projeto de Resolução intenciona disciplinar a aplicação das dotações consignadas no Orçamento desta Assembléia destinadas a subvenções sociais.

2. O bem articulado Projeto de Resolução está a merecer aprovação desta Comissão de Constituição e Justiça, vez que, nenhum impedimento legal se lhe antepõe, constituindo-se medida ágil, prática e coerente ao trato das verbas destinadas a este Poder.

3. Dest'arte opino favoravelmente à sua aprovação com a emenda anexa.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1.983.

(aa) Djalma de Almeida Cesar-Presidente;
Anibal Khury-Relator.

Apresentado- Artagão Mattos Leão, Hermas Brandão, Augusto Carneiro, Tadeu Lucio Machado, Gilberto Carvalho, Amélia Hruschka e Caito Quintana.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 06/83.

O caput do Art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 6º - As subvenções e auxílios concedidos a instituições privadas somente poderão ser concedidas a entidades devidamente constituídas e que comprovem:

Sala das Comissões, em 05 de maio de 1983.
(aa) Djalma de Almeida Cesar-Presidente;
Anibal Khury-Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6/83

De autoria da Comissão Executiva, o presente Projeto de Resolução nº 06/83, tem por finalidade disciplinar a aplicação das dotações consignadas no Orçamento desta Casa, destinadas às Subvenções Sociais.

Sobre a constitucionalidade de matéria, houve o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, com Emenda.

No âmbito desta Comissão de Finanças, restrita a análise sob o aspecto financeiro do Projeto, temos que nada impede que o mesmo tenha a sua tramitação normal por esta Casa, pois a medida além de justa, irá proporcionar melhores condições de funcionamento no setor competente ao Poder Legislativo.

Com isso, o nosso parecer é FAVORÁVEL ao projeto e a Emenda apresentada pela comissão de Constituição e Justiça e para sanar uma lacuna que não foi prevista no presente Plano de Lei, que consideramos da mais alta justiça, apresentamos a Emenda em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de junho de 1.983.

(aa) Ervin Bonkoski-Presidente;
Antonio Anibelli-Relator

EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 06/83

I - Acrescente-se no art. 2º o seguinte inciso IV:

"Art. 2º -

I -

II -

IV - Pagamento diretamente a pessoas carentes.

II - Inclua-se onde couber o seguinte art.:

"Art. - O pagamento a que se refere o inciso IV do art. 2º desta Resolução será feito diretamente a Pessoas desprovidas de recursos financeiros, e bens materiais mediante autorização do deputado e contra recibo;

§ 1º - Na hipótese do beneficiário residir no interior ou solicitar o auxílio quando não houver expediente na Assembléia, poderá o deputado adiantar a importância, para posterior reembolso junto à Coordenadoria de Auxílios Sociais, mediante apresentação do recibo do beneficiário;

§ 2º - O valor máximo a ser concedido, por pessoa, será determinado através de Ato da Comissão Executiva.

cutiva.

III - Suprima-se o art. 12.

Sala das Sessões, em
(aa) ANTÔNIO ANIBELLI - Presidente e Relator.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 06/83

PARECER

De autoria da Comissão Executiva o presente projeto de resolução tem como finalidade, disciplinar a aplicação das dotações do Orçamento deste Poder Legislativo destinadas a subvenções sociais.

O projeto foi apreciado pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças desta Casa, tendo em ambas recebido emendas.

A regulamentação das dotações destinadas à subvenções sociais era uma medida que, de há muito, exigia uma atenção da Comissão Executiva desta Assembléia e o projeto apresenta-

do teve como principal escopo facilitar e a dinamizar a liberação de tais verbas, resguardando sempre a pessoa do deputado, para que não se lhe possa, ocasionalmente, imputar responsabilidade da má aplicação das mesmas, o que seria possível sem um instrumento controlador e regularizador de sua aplicação.

Nestas condições, por não desvirtuar as finalidades colimadas, acatamos a emenda apresentada na Comissão de Constituição e Justiça pelo nobre deputado Anibal Khury e, embora meritória em sua intenção, atendendo a motivos de ordem prática, quanto à impossibilidade de um rigoroso controle em sua aplicação, deixamos de concordar com a emenda proposta na Comissão de Finanças pelo não menos nobre deputado Antônio Martins Anibelli.

Nestas condições, nosso parecer é pela permanência do projeto em sua redação original, com a alteração proposta na emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente
GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário
FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 12/83, (Mensagem e ex-Proposição nº 03/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo de 26/11/82, ao convênio celebrado em 1.º/02/82, entre o governo do Estado do Paraná e o município de Londrina.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 77/83, (Mensagem e ex-Proposição nº 89/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo de re-ratificação nº 03/83, de 13/05/83, ao Convênio nº 02/83 celebrado em 24/02/83, entre o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e do D.E.R., e o município de Maringá, objetivando restauração da avenida Colombo, entre avenida Tuiuti e Trevo de acesso à PR 317, no referido município.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 78/83, (Mensagem nº 85/83, ex-Proposição nº 80/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do "Prosafras", no exercício de 1983.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos senhores deputados Amélia Hruschka, Tadeu França e Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Sebastião Vianna, vereador no município de Engenheiro Beltrão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Luiz Antônio Farah, ocorrido no dia 20 de setembro do corrente ano, no município de Guarapuava.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Sebastião Viana Pereira Filho, vereador no município de Engenheiro Beltrão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 98/83, de sua autoria.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto

de louvor pela passagem do 16.º aniversário de emancipação política do município de Nova Aurora, bem como sua indicação para representar o Poder Legislativo nas festividades nos dias 18 a 25 do corrente mês.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a indicação de uma comissão composta de 5 membros, para representar este Poder nos festejos de aniversário do município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos anais desta Casa de Leis, da matéria intitulada EUREKA A RICHIA, publicada no Jornal Indústria e Comércio de 16.09.83.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos senhores ministros da Agricultura, Indústria e Comércio, bem como à Secretaria do Planejamento da Presidência da República, visando a revogação do Decreto-Lei nº 210/67.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Luiz Alberto Oliveira, subscrito também pelos senhores deputados Edgard Pimentel e Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Canal 4, pela instalação da repetidora no município de Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, visando a criação e instalação de curso supletivo de segundo grau, no município de Ponta Grossa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, visando a implantação do ensino de segundo grau no distrito de Farol, município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário do Interior, visando a liberação de verba destinada ao município de Mariluz.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Agricultura, visando a elevação da Claspas-Empresa Paranaense de Classificação de Produtos, para uma Coordenadoria Regional, localizado no município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao senhor secretário da Segurança Pública, encarecendo estudos no sentido de atender reivindicações referentes ao município de Campina da Lagoa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, encarecendo estudos no sentido de se autorizar a 52a. IRE a contratar professores em regime de CLT, no município de Goioerê.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Augusto Carneiro, subscrito também pelo senhor deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solici-

tando o envio de expediente ao senhor secretário da Segurança Pública, visando a designação de delegado especial, objetivando ações cabíveis na repressão aos assaltos a ônibus na BR-277 entre os municípios de Laranjeiras do Sul e Guaraniáçu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao senhor secretário dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica num trecho aproximado de 30 km, entre a sede do município de Ubatã, via distrito de Yolanda, até o distrito de 4.º Centenário, no município de Goioerê.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do Tribunal de Justiça, apelando no sentido de que, no projeto da nova Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, seja criado o Distrito Judiciário de Ibiracema, no município de Guarapuava.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos senhores deputados Márcio Almeida, Roberto Requião, Luiz Alberto Oliveira, José Antônio Fonseca e Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao senhor presidente da República, visando a retirada do Decreto-Lei n.º 2045, ora em trâmite pelo Congresso Nacional e sua conseqüente revogação.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhada moção de apoio às lideranças dos partidos políticos representados no Congresso Nacional, solidariedade desta Casa, no sentido de que a Câmara e o Senado repudie, através de uma maioria esmagadora os famigerados decretos-leis n.ºs 2024 e 2045, que modifica a política salarial brasileira.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário das Finanças, visando esclarecimentos sobre as versões que circulam no funcionalismo do Banestado e no Sindicato dos Bancários de Curitiba, dando conta de que a Assembléia Geral Extraordinária do Banestado marcada para o dia 21.09.83, visaria alterar os estatutos sociais de forma a excluir o dispositivo estatutário que garante aos funcionários da Casa uma das diretorias.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Márcio Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Cultura e do Esporte, visando a inclusão no orçamento de 1984, daquela Pasta, de verba para construção de um Ginásio de Esportes no município de Cafelândia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos senhores ministros do Planejamento e da Fazenda, sugerindo que sejam destinados 20 por cento do total bruto de apostas da Loteria Esportiva e da Loto para atender as necessidades do Nordeste.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Márcio Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos senhores governador do Estado, secretário dos Transportes e diretor geral do D.E.R., visando a inclusão no orçamento do próximo ano, das referidas pastas, de verba para asfaltamento da estrada ligando os municípios de Toledo a Cafelândia, passando pelo município de Tupãssi.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

consignação de voto de apoio e solidariedade à Gazeta do Povo e encaminhamento de apelo aos senhores governador do Estado e secretário da Segurança Pública.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando providências com vista ao término do aterro da cabeceira que dá acesso ao viaduto que faz a ligação no sentido Balsa Nova/Lapa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando a construção de uma ponte em local onde havia passagem sobre antiga estrada de ferro, no município de Porto Amazonas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando providências no sentido de recuperar a estrada que liga os municípios de Porto Amazonas à Lapa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário dos Transportes, encarecendo providências na aquisição de uma balsa em substituição àquela que se encontra em serviço no Rio Iguaçu, trecho que margeia os municípios de Porto Amazonas à Lapa, ligando duas estradas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor diretor presidente da Telepar, visando a implantação do sistema de telefonia para as localidades de Bela Vista, Aimorés, Birigui, Cruzeirozinho e Guaporé, localizadas no município de Formosa do Oeste.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rúbens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Segurança Pública, visando a obtenção de uma viatura nova devidamente equipada, bem como maior contingente de policiais para o Organismo Policial do município de Iretama.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando o envio de um caminhão pipa, através do DER, para o município de Mariluz.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos senhores deputados Adhail Sprenger Passos, Nestor Baptista, e subscritos por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de sustar a situação irregular do Sr. Jayme Lerner, servidor dessa Municipalidade, colocado à disposição da Universidade Federal do Paraná, mas com exercício profissional no Estado do Rio de Janeiro, a serviço do Governo Leonel Brizola.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Interior, encaminhando o estudo anexo, o qual contém sugestões para alterações do Sistema Federal de Habitação- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, objetivando estabilizar o Sistema Federal de Habitação e reduzir os juros do BNH e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.— **Em discussão.**

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — *Pela Ordem*) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Adia-se a discus-

são para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes encarecendo quais as empreiteiras que trabalham no Porto de Paranaguá, no ano de 1982, quais os valores dos contratos e quais as que operam neste ano de 1983, bem como respectivos contratos e valores. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo prioridade na execução da obra de pavimentação do Contorno Sul, no Município de Maringá — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo prioridade na execução da obra de pavimentação do Contorno Sul, no Município de Maringá. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Roberto Requião, Luiz Alberto Oliveira e Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BADEP, por intermédio do Sr. Vice-Governador do Estado, visando sustar a situação irregular do Sr. Karlos Rischbieter, funcionário celetista daquele estabelecimento oficial de crédito, atualmente à disposição da empresa multinacional Volvo S/A. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro do Trabalho, visando obter informações sobre o Concurso Nacional de Fiscal do Trabalho, realizado no dia 22 de maio do corrente ano. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança, no sentido de fornecer cópia do Relatório conclusivo da Comissão de Sindicância junto a 38a. Ciretram do Município de Ivaiporã, designada pela Portaria n.º 397/83 - GARH. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, visando a inclusão no orçamento de 1984, daquela Pasta, de verba para construção de uma quadra esportiva na Escola Jorge Nacli, no município de Nova Aurora. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica num trecho de 1.800 ms., até a Cooperativa Agropecuária União Ltda. — COAGRU. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando que a Sessão Solene do dia 31 de outubro do corrente ano, em Comemoração aos 500 anos de nascimento do Reformador Martin Luther, seja antecipada para o dia 27 do mesmo mês. — **Em discussão.**

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - (Pela Ordem). Para discutir Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Tércio Albuquerque e Caio Quintana, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Direção da TV-Iguaçu, Canal 4, pelo

transcurso do 2.º aniversário do programa "Compromisso com a Verdade". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de determinar medidas objetivando recuperar o deslizamento de terra ocorrido há 15 anos, próximo ao Mercado Municipal de Guaratuba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, referente a importações e exportações junto à CEXPAR. — **Em votação.**

O SR. ROBERTO REQUIÃO. — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Nesta oportunidade, Sr. Presidente, quero me ocupar da preocupação, de mais uma preocupação do Deputado Airton Cordeiro. Desta vez uma preocupação "das arábias". Ou uma preocupação com uma viagem à Arábia. O Deputado fez uma série de perguntas em seu requerimento, através do Governador, ao Secretário de Indústria e Comércio. O Deputado indaga qual o custo, em dólares, para o erário público da administração direta e indireta. Vinte e seis mil dólares é o custo. Despesas de custeio do Cendi e contratação de assessoria especializada para formar embasamento à iniciativa.

O Deputado indaga como será recuperada a despesa que, segundo constam será superior a 340 mil dólares. A despesa não é de 340 mil dólares, é de 26 mil dólares, será recuperada com incremento das exportações. Outra pergunta se refere à participação ou colaboração que o CEXPAR está dando à missão.

Quinzenalmente, são feitas reuniões, entre o CEXPAR e o CENDI, durante a realização da missão precursora o CEXPAR estará colaborando com a equipe de apoio, para atender consultas específicas.

Qual o valor das exportações paranaenses para os países que serão visitados pela missão.

As exportações são da ordem de 200 milhões de dólares ao ano.

Qual o valor total da importação pelos mesmos países de produtos semelhantes aos que tem importado o Paraná, e qual o objetivo quantitativo e qualitativo de aumento de nossas exportações para os mesmos mercados.

O objetivo quantitativo é o incremento das exportações para os países a serem visitados, de 35 por cento equivalente a 70 milhões de dólares ao ano, a lista de produtos a serem ofertados é composta de mais de cem itens.

Quais as pessoas da administração direta e indireta do Estado que participarão da missão e qual a justificativa da escolha.

Administração direta, o Assessor do Governador do Estado, com estreito relacionamento com as representações diplomáticas dos países árabes.

Da administração indireta, um técnico do CENDI, um consultor do CENDI, Líder, religioso com cargo de secretário geral da Conferência Islâmica, a quem compete coordenar as atividades desta missão.

A coordenação é feita pelo CENDI.

Despreocupe-se no entanto o Deputado Airton Cordeiro, o PMDB quer firmar jurisprudência, que os pedidos da informações dirigidos ao executivo nesta Assembléia, são para valer e para ser cumpridos, apesar das informações que nos encaminhou o Secretário da Indústria e do Comércio, a nossa bancada votará pela aceitação do requerimento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Em votação.

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Atendendo à solici-

tação do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, solicito que os Deputados Membros da CCJ compareçam à reunião na Sala das Comissões, após a Sessão Plenária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã- quinta-feira, dia 22, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA

4.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 97/83

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 06,12,77 e 78/83.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 98/83.

Marcando ainda uma Sessão Extraordinária, para logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 72,85,95 e 96/83.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NESTOR BAPTISTA, EM SESSÃO DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 1983.

JORNAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO

16.09.83.

EUREKA A RICHÁ

Nossa incoercível propensão ao maniqueísmo leva a polarizações inconsequentes como a que separa rigidamente o político do técnico. De um lado surge o preconceito contra o primeiro como se fôsse sempre a expressão do assistencialismo, da demagogia, da mediação clientelista como redução moral e síntese do retórico, do ornamental, do adjetivoso como expressão cultural. De outro há o assaue contra o técnico, ungido como a expressão de tecnocrata, como representativo daqueles estamentos decisórios que expressam o pior dos autoritarismos tanto na intimidade de governos socialistas como na dos capitalistas. Algo cabível nos enquadramentos feitos por Milovan Djilas em torno da "nova classe", o estamento da tecnoburocracia superior, civil ou militar. Evidentemente que essas tonalidades existem nos regimes modernos não importando seu grau de liberalidade ou de fechamento. Um político, na verdade, que abstraia o fator técnico é uma caricatura como também se torna impossível imaginar o outro pólo comportamental — o do técnico sem visão política. Há necessidade de uma interação do técnico e do político, pois este é uma categoria abrangente demais e que alcança a totalidade dos cidadãos na justa visão de Aristóteles. O filósofo stagirita e que pensava andando, como quem faz "Cooper" em seu balé peripatético, dizia, como definição que o homem é um animal político. Fazer a técnica da política e a política técnica é a fórmula. Há um homem que expressa muito bem esse processo interativo no Governo Richa: o jovem Carlos Nasser, da Corretora Banestado. Num momento de perplexidades gerais, revelando que quando se juntam como no ideograma chinês o técnico e o político, o profissional e o administrador, as coisas andam.

Em julho a agosto a corretora apresentou um lucro de CR\$ 1.586.234.000,00, evolução de 252 por cento sobre período indêntico do ano anterior. O lucro acumulado até agosto é de 5,7 bilhões, 457 por cento acima do período anterior.

Profissional da área, com experiência da estiva e da reflexão no mercado, Carlos Nasser é um dirigente apto a identificar o nível técnico-profissional da equipe do Banestado e é uma referência expressiva nos quadros do PMDB de que nem tudo é aturdimento e apatia, quando se alia à competência o ajuste a uma visão moderna da política.

Atos da Comissão Executiva:

Decretos Legislativos:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 343/83

I — exonerar ANTONIO NEIVA DE MACEDO FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Paulo Cesar Furiatti, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 206/83, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos;

II — exonerar ANTONIO JOSÉ COELHO FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Paulo Cesar Furiatti, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 205/83, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. 7487/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 344/83

I — prover ANTONIO JOSÉ COELHO FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Paulo Cesar Furiatti;

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos;

III — prover LUCENE FARENZENA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Paulo Cesar Furiatti;

IV — autorizar a mesa a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. 7487/83)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de agosto de 1983.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente
GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário
FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 354/83

I — exonerar IRAHI MANTOVANI GERMANOVSKI, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete da Deputada Irondi Pugliesi;

II — prover DEISE FRANÇA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete da Deputada Irondi Pugliesi. (Protoc. 7823/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 355/83

I — exonerar JUSSARA REZENDE ARAÚJO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Márcio José de Almeida;

II — prover NELSON MACHADO FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Márcio José de Almeida. (Protoc. 7834/83)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24/08/83.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente
GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário
FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 365/83

I — exonerar JODICLEY GERSON SCHINEMANN, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Artagão de Mattos Leão;

II — exonerar HÉLIO SILVA URSULINO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Artagão de Mattos Leão;

III — prover HÉLIO SILVA URSULINO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Artagão de Mattos Leão. (Protoc. 8033/83)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26/08/83.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 366/83

a gratificação de representação de Gabinete pagas aos ocupantes dos cargos pertencentes a simbologia DAS, passa a ter os valores constantes no Decreto Governamental nº 1452, a partir de 1.º de setembro de 1983.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 367/83

prover LUIZ CARLOS PRESTES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Artagão de Mattos Leão.

(Protoc. 8037/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 368/83

prover ANA MARIA DA COSTA PORTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli.

(Protoc. 8126/83)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30/08/83.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 369/83

autorizar MARIA CELUTA TAVARES, funcionária da Secretaria de Educação, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete da 1.ª Vice-Presidência no período compreendido entre 05 de agosto de 1983 a 31 de dezembro de 1984, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 210/83.

(Protoc. 6970/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 370/83

autorizar CARLOS MELARA FILHO, funcionário da Prefeitura Municipal de Curitiba, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, no período compreendido entre 11 de julho a 31 de dezembro de 1983, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 210/83.

(Protoc. 4755/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 371/83

autorizar BRAULIO MOREIRA, funcionário da Secretaria de Educação, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970,

percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete do Deputado Caíto Quintana, no período compreendido entre 22 de agosto de 1983 a 31 de dezembro de 1984, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 210/83.

(Protoc. 7848/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 372/83

conceder a EMÍLIO REINOLDO GREBER, matrícula nº 499, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 247, parágrafo único, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 2.º quinquênio, compreendido entre 20 de abril de 1970 e 20 de abril de 1975.

(Protoc. 7717/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 373/83

autorizar YEDA BARBOSA, funcionária da Secretaria de Recursos Humanos, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, junto ao Gabinete do Deputado Paulo Cesar Fiates Furiatti, no período compreendido entre 19 de agosto de 1983 a 31 de dezembro de 1984, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 210/83.

(Protoc. 7838/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 374/83

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, § 1.º, e Art. 140, item I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, NILVA MARIA MORO, matrícula nº 497, ocupante do Cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondente ao seu cargo efetivo, acrescido de cinco (05) triênios, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução nº 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o parágrafo único, do Art. 170, da citada Lei nº 6174; cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação por serviços extraordinários, de acordo com a Lei nº 6794, de 08 de junho de 1976 e Função Gratificada Símbolo 4-F, de acordo com o Art. 140, inciso III, da referida Lei nº 6174.

(Protoc. 8178/82)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 375/83

aposentar por invalidez, nos termos do Art. 224, combinado com o Art. 139, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ISAURA BUENO, matrícula nº 204, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, do seu cargo efetivo, acrescido de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução nº 2/64; quatro (04) quinquênios incorporados, de acordo com o parágrafo único, do Art. 170, da citada Lei nº 6174; cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos de gratificação por serviços extraordinários, de acordo com a Lei nº 6794, de 08 de junho de 1976, e Gratificação de Função Símbolo 4-F, de acordo com o Art. 140, item III, da referida Lei nº 6174.

(Protoc. 4017/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 376/83

aposentar por invalidez, nos termos dos artigos 138, item I, 139 e 224, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, GENIR DOS SANTOS FERNANDES, matrícula nº 199,

ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais do seu cargo efetivo, acrescido de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º, § 1º, da Resolução nº 2/64; quatro (04) quinquênios incorporados, de acordo com o parágrafo único, do Art. 170, da citada Lei nº 6174, e cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos de Gratificação por serviços extraordinários, de acordo com a Lei nº 6794, de 08 de junho de 1976.

(Protoc. 5353/83)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 1º/09/83.

(aa) TRAJANO BASTOS – Presidente

GERNOTE KIRINUS – 1º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 377/83

aposentar, por força do contido no Art. 224, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, combinado com o Art. 139, da mesma Lei, HONÓRIA MARTINS SILVEIRA DO VALE, matrícula nº 201, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais do seu cargo efetivo, acrescido de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º, § 1º, da Resolução nº 2/64; quatro (04) quinquênios incorporados, de acordo com o parágrafo único, do Art. 170, da citada Lei nº 6174, e cinquenta por cento (50%) de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com a Lei nº 6794, de 08 de junho de 1976.

(Protoc. 2233/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 378/83

autorizar REGINA APARECIDA SCREMIN MACHADO, funcionária do Tribunal de Justiça, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Serviço de Cerimonial e Relações Públicas, no período compreendido entre 1º de agosto a 31 de dezembro de 1983, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 210/83.

DECRETO LEGISLATIVO nº 379/83

promover os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

Para CONSULTOR LEGISLATIVO "A"

AIMORÉ OD ROCHA – por merecimento
MYRTHES MAGDA GOMES – por antiguidade

Para CONSULTOR LEGISLATIVO "B"

LUIZ ANTONIO CARON – por merecimento
GABRIEL QUEZADA FILHO – por antiguidade

Para CONSULTOR LEGISLATIVO "C"

OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS – por merecimento
JOSÉ DE ARYMATHÉA CLETO – por antiguidade

Para ASSESSOR LEGISLATIVO "A"

HELENA REGINA STEPHAN – por merecimento
LUIZ LIMA – por antiguidade

Para OFICIAL LEGISLATIVO "A"

MÁRIO AUGUSTO GUERRA – por merecimento
JOSÉ ELIAS MARTINS – por antiguidade
ALEXANDRE RADICHEWSKI – por merecimento
RUI FRANCISCO GABARDO – por antiguidade

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12/09/83.

(aa) TRAJANO BASTOS – Presidente

GERNOTE KIRINUS – 1º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN – 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

PORTARIA Nº 603/83

R E S O L V E :

designar EDISON TEIXEIRA DE MORAES, funcionário contratado deste Poder, pela Administração, para prestar serviços como Datilógrafo, junto ao Departamento Administrativo, a partir de 25 de agosto de 1983.

(Protoc. 7992/83)

PORTARIA Nº 604/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, à funcionária LINDAMIR EDIL CARAN, matrícula nº 510, ocupante do cargo de Assistente de Comissão A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 8097/83)

PORTARIA Nº 605/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, ao funcionário JAYRO CAMARGO, matrícula nº 454, ocupante do cargo de Auxiliar de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 8093/83)

PORTARIA Nº 606/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, à funcionária MARLENE COUTO DE CRISTO, matrícula nº 175, ocupante do cargo de Auxiliar de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 8021/83)

PORTARIA Nº 607/83

conceder a PEDRO MARIUCCI, funcionário contratado deste Poder, cinco (05) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 15 de agosto de 1983. (Protoc. 8103/83)

PORTARIA Nº 608/83

conceder ao funcionário LAERTES LUIZ FOGGIATO, matrícula nº 456, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1983, a partir de 12 de setembro de 1983.

(Protoc. 8107/83)

PORTARIA Nº 609/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO, matrícula nº 172, ocupante do cargo de Assistente de Comissão A, do Quadro de Pessoal, da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981, e 1982, que deixou de gozar.

(Protoc. 8049/83)

PORTARIA Nº 610/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ DA TRINDADE, matrícula nº 503, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente

ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar.

(Protoc. 8192/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 1º de setembro de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA
Diretor Geral

PORTARIA Nº 611/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, ao funcionário JOSÉ DA TRINDADE, matrícula nº 503, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 8191/83)

PORTARIA Nº 612/83

designar MARCELO ELIAS CHUCHENE, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços na Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar possíveis irregularidades administrativas.

(Protoc. 8194/83)

PORTARIA Nº 613/83

conceder ao funcionário GIOACHINO SUGAMOSTO, matrícula nº 549, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1983, a partir de 16 de setembro de 1983.

(Protoc. 8209/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de setembro de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA
Diretor Geral

PORTARIA Nº 614/83

designar GENÉSIO TEODORO DOS SANTOS, funcionário contratado deste Poder, pela Administração, como Datilógrafo, para prestar serviços no Departamento Administrativo, a partir de 30 de agosto de 1983.

(Protoc. 7991/83)

PORTARIA Nº 615/83

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de NORMANDO PEDRO CULPI, matrícula nº 360, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal, da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto (5º) quinquênio, compreendido entre 30 de julho de 1979 e 30 de maio de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1979, 1980, 1981 e 1982, contadas em dobro.

(Protoc. 6122/83)

PORTARIA Nº 616/83

conceder à funcionária JÚLIA JOLINSKI DE PAULA, matrícula nº 560, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 05 de setembro de 1983.

(Protoc. 8392/83)

PORTARIA Nº 617/83

conceder ao funcionário DARCI ANTONIO BUDEL, matrícula nº 062, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 07 de setembro de 1983, em prorrogação.

(Protoc. 8391/83)

PORTARIA Nº 618/83

designar TADAE IWAYA, funcionário da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Donato Gulin, até 31 de dezembro de 1984.

(Protoc. 8442/83)

PORTARIA Nº 619/83

designar PEDRO JAMUR, médico veterinário, lotado no Núcleo Regional de Umuarama, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Tugio Setogutte, até 31 de dezembro de 1984.

(Protoc. 8443/83)

PORTARIA Nº 620/83

designar ELENA MITIE OGUIDO, funcionária do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, ora à disposição deste Poder, para prestar Serviços no Gabinete do Deputado Homero Oguido, até 31 de dezembro de 1984.

(Protoc. 8441/83)

PORTARIA Nº 621/83

designar GUATAÇARA ÍNDIO DO BRASIL LOURES BUENO, funcionário da Secretaria da Segurança Pública, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Serviço de Segurança desta Casa, até 31 de dezembro de 1984.

(Protoc. 8440/83)

PORTARIA Nº 622/83

designar MOACYR LOPES GOUVEA, psicólogo da Prefeitura Municipal de Curitiba, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Serviço Médico desta Casa, até 31 de dezembro de 1983.

(Protoc. 8457/83)

PORTARIA Nº 623/83

conceder à funcionária DOROTI WOLKMER LINHARES, matrícula nº 088, ocupante do cargo de Assessor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1982, a partir de 12 de setembro de 1983.

(Protoc. 8412/83)

PORTARIA Nº 624/83

designar RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI, matrícula nº 320, ocupante do cargo de Consultor Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para secretariar a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ficando dispensada a atual.

(Protoc. 8207/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de setembro de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA
Diretor Geral

PORTARIA Nº 625/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, ao funcionário JOÃO CAXIAS URBAN, matrícula nº 408, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 8483/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de setembro de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA
Diretor Geral

PORTARIA Nº 626/83

I — revogar a Portaria nº 110/81, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, a funcionária contratada deste Poder, ELIZABETH LOIDE LUNDGREN; e,

II — designar a mencionada funcionária para prestar serviços no Departamento Legislativo.

PORTARIA Nº 627/83

designar JOÃO LUIZ MAYER MENDES, funcionário contratado deste Poder, como Agente de Segurança, para prestar serviços no Serviço de Segurança, a partir de 13 de setembro de 1983. (Protoc. 8533/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de setembro de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA
Diretor Geral

PORTARIA Nº 628/83

conceder à funcionária LÍGIA MARIA DA SILVA, matrícula nº 186, ocupante do cargo de Assessor Administrativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 15 de setembro de 1983. (Protoc. 8546/83)

PORTARIA Nº 629/83

mandar contar, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do item III, do Art. 130, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ALCEU IVO COSTACURTA, matrícula nº 040, ocupante do cargo de Dentista A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de sete (07) meses e quinze (15) dias, compreendido entre 01 de setembro de 1960 e 13 de abril de 1961, em que prestou serviços à Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha. (Protoc. 7274/83)

PORTARIA Nº 630/83

designar SORAIA MARIA O'DONNELL, funcionária contratada deste Poder, pela Administração, como datilógrafa, para prestar serviços no Departamento Administrativo, a partir de 14 de setembro de 1983. (Protoc. 8530/83)

PORTARIA Nº 631/83

designar SÔNIA APARECIDA MATSUNO, funcionária contratada deste Poder, pela Administração, como Datilógrafa, para prestar serviços no Departamento Administrativo, a partir de 14 de setembro de 1983. (Protoc. 8531/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de setembro de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA
Diretor Geral

PORTARIA Nº 632/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOUBERTH DA SILVA SANTOS, matrícula nº 037, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981 e 1982, que deixou de gozar. (Protoc. 8581/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de setembro de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA
Diretor Geral

PORTARIA Nº 633/83

designar LUIZ FERNANDO PONCIO, soldado da Polícia Militar do Paraná, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Serviço de Segurança, até 31 de dezembro de 1983. (Protoc. 8600/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de setembro de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA
Diretor Geral

PORTARIA Nº 634/83

designar RENATO GRAZZIOTIN CALLIARI, Técnico de Controle Externo, do Tribunal de Contas do Estado, para prestar serviços na Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre a Corrupção Administrativa. (Protoc. 8733/83)

PORTARIA Nº 635/83

designar LUIZ JOSÉ DOS SANTOS LIMA, promotor de Justiça, de Entrância Final, para prestar serviços na Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre a Corrupção Administrativa. (Protoc. 8738/83)

PORTARIA Nº 636/83

designar JOSÉ JAMUR JÚNIOR, jornalista, lotado na Subchefia de Comunicação Social da Casa Civil, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PDS, até 31 de dezembro de 1984. (Protoc. 8737/83)

PORTARIA Nº 637/83

designar PEDRO WASHINGTON, funcionário da Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria, até 31 de dezembro de 1984. (Protoc. 8739/83)

PORTARIA Nº 638/83

designar JORGE NARROZNIAK, funcionário lotado na Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, da Secretaria do Interior, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Departamento de Divulgação Legislativa, até 31 de dezembro de 1984. (Protoc. 8740/83)

PORTARIA Nº 639/83

designar ELIZA AMÉLIA MOSSE GALVÃO, funcionária da Secretaria de Educação, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, até 31 de dezembro de 1984. (Protoc. 7442/83)

PORTARIA Nº 640/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, ao funcionário ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT, matrícula nº 025, ocupante do cargo de Secretário de Comissão A, do quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de setembro de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA
Diretor Geral.